



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

5. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PROGRAMAS ELEITOS COMO PRIORITÁRIOS PELO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

A LDO para 2006 apresentou como prioridades da Administração Pública 29 programas, tendo como base a relação constante do Plano Plurianual 2004/2007. Para demonstrar a execução orçamentária destes programas ao longo do exercício de 2006 a equipe de auditoria desenvolveu uma matriz de planejamento para possibilitar a análise da execução física e financeira das metas estabelecidas na lei orçamentária de 2006. A intenção deste trabalho também é colaborar com as equipes que desenvolvem o módulo de acompanhamento do PPA no e-fisco, bem como com os gestores responsáveis pelos referidos programas.

Conforme comentado no tópico relativo à LDO, a nomenclatura¹ utilizada na relação de programas prioritários constantes da referida lei, não coincide com a usada na alocação de recursos no anexo II do PPA e conseqüentemente na LOA de 2006. Para possibilitar a análise da realização das metas estabelecidas para as ações desses programas, o Tribunal de Contas remeteu ofício à Secretaria de Planejamento - SEPLAN solicitando a correspondência entre os programas prioritários e os constantes do programa de trabalho da LOA. A SEPLAN respondeu por meio do Ofício nº 285/2006-GS, o que possibilitou o trabalho a seguir.

É mister esclarecer que ainda não há indicadores disponíveis para esses programas, portanto os comentários feitos por esta equipe de auditoria foram baseados na análise das metas estabelecidas para as ações relativas a esses programas em confronto com as metas alcançadas, tendo como base as informações fornecidas pelos próprios órgãos executores.

Valores fixados na Lei Orçamentária para 2006 X Valores executados

Para a realização desses programas foram alocados recursos da ordem de R\$ 2,26 bilhões na Lei Orçamentária para 2006, o que representou 21% do total autorizado na Lei. No quadro a seguir pode-se observar a despesa inicialmente fixada para cada um dos programas e os valores efetivamente aplicados durante o exercício.

PROGRAMA PRIORITÁRIO ¹	Valores em milhões de Reais	
	PREVISTOS	EXECUTADOS
1. Águas de Pernambuco ²	71,46	35,84
2. Drenagem Pluvial e Esgotamento Sanitário ²	26,52	5,43
3. Infra-Est. em Áreas de Baixa Renda da RMR – PROMETRÓPOLE	25,66	5,83
4. Viva o Morro	4,45	0,24
5. Rec. Hídricos Comunitários: A convivência com o Semi-Árido	50,34	33,06
6. Programa Agenda 21 Estadual	5,00	1,02
7. Expansão do Metrô do Recife – Linha Sul	29,10	0
8. Defesa Social e Segurança Cidadã	25,96	3,52
9. Modernização da Rede de Saúde	519,50	603,08
10. Programa Estadual de Alfabetização	7,71	8,40
11. Educação Básica de Qualidade com Inclusão Social	441,90	496,03
12. Rede de Proteção e Inclusão Social	32,25	14,91
13. Apoio ao Desenv. Sustent. da Zona da Mata de PE – PROMATA	132,05	74,08
14. Programa Multisetorial Integrado para a Juventude	233,38	-----
15. Desenv. Rural Sustentável de Pernambuco/PDRS – RENASCER	55,35	11,55
16. Governo nos Municípios	0,81	0,64
17. Programa Estradas para o Desenvolvimento	157,68	155,83
18. Aeroporto Internacional dos Guararapes	51,00	0,08
19. Ferrovia Transnordestina	30,56	3,69
20. Complexo Industrial-Portuário de SUAPE	68,91	-----
21. Interiorização do Gás Natural em Pernambuco	51,02	62,22
22. Porto Digital	0,43	3,50
23. Pólo Fermoquímico	20,61	0,64
24. Desenvolvimento do Hemopólo de Pernambuco	41,52	0,21
25. Centros Tecnológicos e de Educação Profissional	9,91	8,66



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

26. Fábrica Cultural Tacaruna	2,08	3,35
27. Turismo, Desenvolvimento e Emprego ³	101,85	56,28
28. Expansão da Agricultura Irrigada	3,55	0,75
29. Governo Digital	62,41	62,56
Total geral	2.262,97	-----
Total excluindo o 14 e o 20	1.960,68	1.651,40

¹ A nomenclatura dos programas prioritários relacionados na LDO nem sempre é identificada da mesma forma na LOA. Para obter esses valores, seguiu-se a orientação da planilha da SEPLAN;

² Ambos possuem um programa correspondente na LOA em comum (0243 - Programa de Melhoramento em Saneamento Básico do Estado de Pernambuco – KFW). Para fins deste demonstrativo, esse programa foi considerado exclusivamente como parte do Programa Drenagem Pluvial e Esgotamento Sanitário;

³ Inicialmente este programa estava a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes, porém a partir da Lei 13.056/06, a Secretaria foi desmembrada, ficando o programa sob a responsabilidade da Secretaria de Turismo.

Não foi possível verificar a execução orçamentária do Programa Multisetorial Integrado para a Juventude por se tratar de um programa de fantasia que envolve diversos segmentos executados por vários órgãos. A SEPLAN tentou fazer a correspondência, mas neste caso específico, não foi possível extrair os dados necessários a esta análise. Em relação ao programa Complexo Industrial-Portuário de SUAPE também não foi possível verificar sua execução, pois os dados financeiros não estão disponíveis no SIAFEM e a empresa não respondeu ao ofício de solicitação encaminhado por este Tribunal de Contas.

Execução orçamentária

Por meio de ofícios remetidos aos órgãos executores desses programas, foram solicitados dados sobre o cumprimento das metas estabelecidas para as ações relativas a esses programas na Lei orçamentária para 2006. Para as empresas integrantes do Orçamento de Investimento, também foram solicitados, ainda, os valores aplicados para o alcance dessas metas, tendo em vista não poderem ser extraídos do SIAFEM, como os demais órgãos integrantes do Orçamento Fiscal.

Registra-se que não responderam os ofícios, os seguintes órgãos: HEMOPE, SUAPE e Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.

De posse dessas informações, apresentam-se a seguir comentários sobre a execução das ações relativas a esses programas, agrupados pela opção estratégica à qual estão inseridos:

5.1 OPÇÃO ESTRATÉGICA: HABITABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA

Programa 1: Águas de Pernambuco

A execução deste programa ficou a cargo da Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA.

O programa 0236 - Águas de Pernambuco - Sistema de Abastecimento de D'água - tem como objetivo “Melhorar a produção e distribuição de água para a zona urbana, promovendo a interligação dos sistemas de adução e tratamento d'água”. Para tal, foi consignado no orçamento de investimento para 2006 o valor de R\$ 71,46 milhões. A COMPESA informou através do Ofício CT/COMPESA DP N°. 489/2006 que foram aplicados neste programa R\$ 35,84 milhões, ou seja, aproximadamente 50% do valor inicialmente previsto. Dentre as ações executadas pela COMPESA destacam-se as seguintes:

- Ação 0950 – *Ampliação do Sistema Produtor Sul SPS – Pirapama* – foi previsto inicialmente o valor de R\$ 23,93 milhões, cuja meta para o exercício era concluir 25% da sua execução física. Constatou-se que não houve realização no exercício;
- Ação 0941 – *Implantação do sistema adutor a partir de barragens concluídas* – previa-se a implantação/ampliação de 28 adutoras a um custo de R\$ 3,45 milhões. Foram executadas obras em 6 adutoras (Tapacurá, Vertentes/Toritama, barragem Bonitinho, M&G Polímeros Suape e Insurreição), consumindo 70% dos recursos alocados, ou R\$ 2,41 milhões;



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

- Ação 0942 – *Implantação de ramais secundários a partir da Adutora do Oeste* – previa-se a ampliação de 33% dos ramais, a um custo estimado em R\$ 3,33 milhões. Foram gastos 43% da previsão inicial (R\$ 1,44 milhão), tendo sido concluído o ramal Urimamã. Está em andamento o ramal Ipubi/Parnamirim, bem como foram recuperadas as subestações elétricas de Orocó e Parnamirim;
- Ação 0947 – *Ampliação do sistema de abastecimento d'água* – previa-se a ampliação de 12 sistemas com o orçamento inicial de R\$ 8,31 milhões. Foram realizadas obras nos sistemas: Lajedo, Timbaúba, Matapagipe, Rede de distribuição em Glória do Goitá, ETA Gurjaú, Moreno, Lagoa do Araçá. Foi implantado sistema produtor de água para Lagoa dos Gatos. Foram ampliados: sistemas de abastecimento d'água de Escada; ETA Buraco do Tatu e Bezerros; sistema de dessalinização de água em Fernando de Noronha; e adutora de Floresta. O valor gasto na execução destas obras foi de R\$ 23,73 milhões, superando em 185% o orçamento inicial ;
- Ação 0953 – *Construção de Barragens* – previa-se a construção de 2 barragens, a um custo de R\$ 4,10 milhões. Foi construída a barragem Águas Claras, bem como foram avaliados o maciço de concreto do vertedouro da Barragem Duas Unas e do rolado da Barragem Duas Serras consumindo 50% dos recursos estimados (R\$ 2,04 milhões);
- Ação 0952 – *Campanhas de educação e combate ao desperdício d'água* – previa-se a realização de 12 campanhas a um custo de R\$ 2 milhões. As campanhas realizadas consumiram R\$ 2,53 milhões, no entanto a COMPESA não informou quantas campanhas foram realizadas;
- Ação 0970 – *Melhorias operacionais nos sistemas de abastecimento de água* – previa-se a realização de obras em 60 sistemas (não discriminados na lei orçamentária), alocando R\$ 12,5 milhões na LOA para a sua realização. Foi melhorada apenas a rede distribuidora da cidade de Garanhuns, o que consumiu cerca de 6% do orçamento, ou R\$ 7,38 milhões;
- Ação 0961 – *Elaboração dos projetos de engenharia de sistemas de abastecimento de água* – previa-se a elaboração de 10 projetos de engenharia (não tendo sido discriminados na lei orçamentária), a um custo estimado de R\$ 4,9 milhões. Foram concluídos 5 projetos e 1 projeto está em andamento, consumindo-se menos de 8% do valor alocado, ou seja R\$ 376,70 mil;
- Ação 0964 – *Implantação de sistemas de abastecimento d'água* – previa-se a execução física de 25% das obras (não relacionadas na LOA), a um custo estimado de R\$ 8,90 milhões. Foram implantados SAA em Manari e em Frei Miguelinho, bem como foram implantados abastecimentos d'água para diversas localidades de Jaboatão dos Guararapes e Ponte dos Carvalhos, tendo sido gasto 29% da previsão inicial, ou seja, R\$ 2,57 milhões.

Programa 2: Drenagem Pluvial e Esgotamento Sanitário

A execução deste programa também ficou a cargo da COMPESA. Em 2006 foram gastos R\$ 5,43 milhões dos R\$ 26,52 milhões previstos na LOA. O programa é a soma dos seguintes programas previstos na LOA:

- 0237 – Águas de Pernambuco - Sistema de Esgotamento Sanitário;
- 0243 – Programa de Melhoramento em Saneamento básico do Estado de Pernambuco - KFW.

Esta vertente do programa Águas de Pernambuco - 0237 tem como objetivo “Elevar o nível de qualidade de vida da população urbana, melhorando a qualidade do meio ambiente deteriorado pela contaminação dos efluentes lançados nos corpos receptores, através da cobertura dos serviços de esgotamento sanitário”. Embora a falta de saneamento seja reconhecida como um dos principais problemas no Estado, o valor gasto neste programa (R\$ 330,96 mil) representou apenas 1,44% do valor orçado (R\$ 23 milhões). Não foi realizada a ação 0965, que previa a implantação de 10 sistemas de esgotamento sanitário, nem tampouco a 0972, que previa a melhoria operacional de 5 sistemas de esgotamento sanitário. Dos seis sistemas previstos para serem ampliados, na ação 0951, foram realizados 2: em Brasília Teimosa e Rio Formoso.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Por outro lado, o outro programa - 0243 destinado a ações de saneamento, financiado com recursos do Banco KFW, que tem como objetivo “Sanear os núcleos urbanos dos municípios de Barreiros, Moreno e Nazaré da Mata, buscando o equilíbrio ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população residente”, teve sua realização financeira superior à previsão inicial em 45,7%, passando de R\$ 3,52 milhões para R\$ 5,12 milhões.

Observou-se que, quanto às ações 0946 e 0966 que previam, respectivamente, a ampliação de 3 sistemas de abastecimento de água e a implantação de 3 sistemas de esgotamentos sanitários nos municípios de Moreno, Nazaré da Mata e Barreiros, foram informadas as conclusões, no exercício de 2005, dos sistemas de abastecimento d’água e de esgoto sanitário de Moreno, portanto não pertencem ao exercício analisado. Em 2006 foram concluídos os sistemas de Nazaré da Mata, enquanto que os sistemas de abastecimento d’água e de esgotamento sanitário de Barreiros encontravam-se em andamento.

Programa 3: Infra-Estrutura em Áreas de Baixa Renda da RMR – PROMETRÓPOLE

Este programa, código 0190, tem como órgãos executores a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas – CONDEPE/FIDEM, a COMPESA e a Companhia Estadual de Habitação e Obras – CEHAB, em cooperação com diversas entidades da administração direta e indireta das Prefeituras de Recife e Olinda, tendo como fontes de financiamento o empréstimo do Banco Mundial – BIRD e a contrapartida do Estado (45% do total).

O foco principal de atuação são as áreas onde estão concentradas as comunidades pobres da Região Metropolitana do Recife – RMR, inseridas na Bacia do Beberibe. Seu objetivo macro é promover a melhoria das condições de habitabilidade e de desenvolvimento comunitário, contribuindo para a redução da pobreza na RMR.

No plano estadual, o orçamento de 2006 destinou ao programa o valor de R\$ 25,66 milhões, dos quais foram aplicados cerca de 22%, ou seja, R\$ 5,83 milhões.

De acordo com as informações prestadas pelos órgãos executores as principais ações realizadas em 2006 foram:

- Estudos e projetos executivos do sistema viário local;
- Sistema de gestão do nascedouro de Peixinhos;
- Programas de trabalho social e projetos de saneamento integrado para a áreas localizadas no município do Recife (houve repasse do Estado para a PCR, que realizou essas ações);
- Obra de restauração do Sítio Histórico de Peixinhos;
- Auditoria de execução financeira do programa.

Diversas ações foram deflagradas encontrando-se em fase de projeto e licitação, portanto com as obras não iniciadas em 2006.

Importante observar a justificativa dos executores baseada na valorização do Real frente ao Dólar americano que levou à necessidade de revisão dos projetos e redução das áreas de escopo de serviços, atrasando muitas dessas obras.

Programa 4: Viva o Morro

Este programa tem como objetivo “Reduzir os acidentes por queda de barreiras e implementar a estruturação urbana em áreas de morro”. Para tanto, foram consignados no orçamento do exercício de 2006 R\$ 4,45 milhões, dos quais foram aplicados R\$ 241,50 mil. O programa contempla duas ações realizadas através do FUNDERM, em parcerias com municípios da Região Metropolitana do Recife:

- 0729 - *Estruturação urbana em áreas de morro*. Dos R\$ 4,12 milhões orçados para esta ação, R\$ 1,76 milhão estavam previstos para serem repassados aos municípios, porém apenas R\$ 241,5 mil foram executados em 2006, ou 14% do repasse previsto. Não houve aplicação direta por parte do Estado. A Agência informa a conclusão de 1.108 obras de estabilização de encostas, embora a meta prevista fosse



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

diversa: “Apoiar 1 município na execução e obras de estruturação urbana, especialmente voltadas para regularização fundiária”;

- 0730 - *Gestão de risco das áreas de morro*. Não houve execução financeira alocada na ação, embora a Agência CONDEPE/FIDEM tenha relacionado como realização, em 2006, diversas ações de apoio às administrações municipais na implementação de instrumentos de gestão de risco nas áreas de morro.

Programa 5: Recursos Hídricos Comunitários: A convivência com o Semi-Árido

A execução deste programa, com orçamento inicial de R\$ 50,35 milhões, ficou sob a responsabilidade da Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária - SPRRA, da Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária – IPA e da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTMA, única deste grupo que não respondeu ao ofício do TCE.

Importante observar que as metas estabelecidas para as ações a serem executadas não levaram em conta aspectos qualitativos das ações, (exemplo: considera-se como mesma unidade de medida obras de pequeno e grande porte, ou seja, têm-se uma equivalência, entre a recuperação de barreiros e a construção de Sistema de Abastecimento de Água, incluindo barragem e adutora). Também não há a localização das obras planejadas. Desta forma, as metas estabelecidas não refletem o efetivo planejamento das ações para as diversas regiões.

Este programa de fantasia engloba os seguintes programas previstos na LOA:

- Programa 0030 - Ações Complementares de Combate às Secas, cujo objetivo é beneficiar a população carente da região semi-árida que sofre com os efeitos da estiagem, contou com a previsão orçamentária de R\$ 19,17 milhões. Foram gastos R\$ 9,13 milhões, ou 48% do valor orçado, nas seguintes ações:
 - Ação 1.200 – *Obras hídricas na rota dos carros pipas* – foi estabelecido como meta a realização de 665 obras, a um custo estimado de R\$ 6,46 milhões, que visam substituir parcialmente os caminhões-pipa nos abastecimentos d’água à população rural do semi-árido. Esta ação ficou a cargo da IPA, que informou ter gasto R\$ 2,66 milhões (41% do orçamento inicial) com a construção de 675 e a recuperação de outros 192 barreiros; construção de 22 e recuperação de outras 14 pequenas barragens de terra; construção de 9 e recuperação de 28 estradas vicinais; quanto aos poços, foram locados 20, perfurados 12, instalados 6 e recuperados 9; foram elaborados projetos relativos às barragens Cruz de Riacho, Manteiga e Poço Grande, bem como foram reformulados os projetos básicos do Sistema de Abastecimento d’Água da barragem Bananeira e sistema de adução de Arapuá/Matias;
 - Ação 1.181 - *Ações assistenciais às populações atingidas pela estiagem a cargo do IPA* – A meta estabelecida na LOA trata da contratação de 330 carros-pipas (não especificando sua frequência), a um custo anual de R\$ 7,62 milhões, cuja execução ficou em R\$ 4,94 milhões. O IPA informou que: “Esta ação está sendo desenvolvida em 122 municípios do semi-árido, em especial nos localizados no sertão. É impossível prever o total da população atendida mesmo sabendo que a capacidade de cada pipa é de 8.000 litros, pois **não há um controle do total de viagens de cada pipa nem do total de famílias que são atendidas por viagem**. O resultado acumulado da meta prevista equivalente a 403 pipas não representa o total de pipas em operação mensalmente, visto que a dinâmica de contratação e desativação não permite a manutenção de todos rodando todos os meses. Daí, podemos afirmar que em média 110 pipas estiveram em operação por mês, desde o início do ano” (grifos nossos);
 - Ação 0029 - *Apoio e supervisão das ações assistenciais às populações atingidas pelas estiagens* – tinha como meta assistir 100 produtores em Orocó, 100 em Araripina, 100 em Ouricuri, 100 em Santa Cruz, 100 em Santa Filomena, 100 em Trindade, 100 em Ipubi, 100 em Bodocó, 100 em Parnamirim e 100 em Terra Nova. Embora houvesse dotação orçamentária inicial de R\$ 1,89 milhão, não houve execução financeira registrada nesta ação. No entanto, a SPRRA informou que desenvolveu ações de sensibilização, acompanhamento e mobilização prévia das prefeituras para a assinatura do Termo de Adesão, capacitação dos agentes municipais para operacionalização do sistema informatizado para inscrições dos agricultores; operacionalização dos resultados das perdas e área de plantio de acordo com os laudos emitidos pelos técnicos, entre outras, bem como acompanhamento do pagamento dos benefícios (1ª parcela) relativos à perda de safra 2005/2006;



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

- Ação 0033 - *Contribuição ao Fundo Garantia Safra* - previa-se a assistência, no caso de perda de mais de 50% da safra 2005/2006, de 50.000 agricultores familiares a um custo de R\$ 3,20 milhões. Pelas informações cedidas pela SPRRA, aderiram ao programa 46.262 agricultores distribuídos entre 48 municípios do agreste e sertão do Estado, cuja execução ficou em R\$ 1,53 milhão;
- Programa 0055 - Infra-estrutura Hídrica e Construções Rurais, cujo objetivo é melhorar a infra-estrutura de oferta de água e das construções na área rural, contou com a previsão orçamentária de R\$ 17,55 milhões. Foram gastos R\$ 6,27 milhões, ou 35,72% do valor orçado, nas seguintes ações:
 - Ação 0122 - *Obras de infra-estrutura hídrica na área rural* – Meta prevista: Realizar 1.012 obras destinadas a aumentar a oferta d'água potável na área rural do Estado, a um custo de R\$ 15,04 milhões. Da mesma forma que a meta prevista na ação 1200 – obras hídricas na rota dos carros pipas, não há a discriminação do tipo de obra a ser executada. As obras realizadas na ação 0122 são dos mesmos tipos da ação 1200 descrita no programa 0030. O orçamento executado foi R\$ 6,27 milhões, contemplando a construção de 185 e a recuperação de outros 52 barreiros; construção de 25 e recuperação de outras 28 pequenas barragens de terra; construção de 2 e recuperação de 2 estradas vicinais; quanto aos poços, foram locados 254, perfurados 163, instalados 15 e recuperados 23; construção de 10 cisternas de placa; Sistema de Abastecimento d'Água da Adutora de Bananeira;
 - 0144 - *Obras de infra-estrutura em áreas de assentamentos de reforma agrária* – Meta prevista: realizar 89 obras. Conforme informações do IPA, não houve liberação de recursos para esta ação.
- Programa 0094 - Gestão Integrada de Recursos Hídricos, cujo objetivo é promover o uso racional e sustentável dos recursos hídricos no Estado, contou com a previsão orçamentária de R\$ 13,63 milhões. Foram gastos R\$ 17,66 milhões, superando quase 30% do orçamento inicial. Do total executado, R\$ 17,13 milhões foram referentes à ação 0403 - Implantação de ações de infra-estrutura hídrica, o que corresponde a 97% do total gasto. Não foi possível identificar as ações executadas em relação ao programa, bem como não se identificou o cumprimento ou não das metas, tendo em vista que a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente não respondeu ao ofício encaminhado pelo Tribunal.

Programa 6: Agenda 21 Estadual

O programa teve como órgão executor a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, tendo sido orçado, inicialmente, na LOA o valor de R\$ 5 milhões. A execução financeira ficou em R\$ 1,02 milhão, ou cerca de 20% do valor constante do orçamento inicial. Acerca da realização ou não das metas estabelecidas na LOA não foi possível averiguar tendo em vista que a que não houve resposta da Secretaria ao ofício encaminhado pelo Tribunal.

Programa 7: Expansão do metrô do Recife – linha sul

Este programa ficou a cargo da COPERTRENS, cuja operacionalização no âmbito estadual, embora prevista, não ocorreu no exercício de 2006, ficando, então, o programa a cargo do METROREC, empresa pública no âmbito federal.

Programa 8: Defesa Social e Segurança Cidadã

Este programa teve como órgão executor a Secretaria de Defesa Social, com um orçamento inicial de R\$ 25,96 milhões, tendo sido executado R\$ 3,52 milhões, ou 13,54% do previsto. O programa engloba os seguintes programas previstos na LOA:

- Programa 0170 - Controle e Prevenção da Criminalidade através dos Núcleos de Segurança Comunitária – Este programa contou apenas com a ação 0274 - Dinamização do modelo de gestão operacional comunitária - NSC/NISC, cuja dotação inicial foi de R\$ 1,83 milhão. No entanto, segundo informações da própria Secretaria, abaixo transcritas, as despesas foram alocadas em outras ações.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

“Com a criação dos diversos batalhões no ano de 2004, praticamente os NSC/NISC, deixaram de existir na antiga filosofia, isto enquanto espaço físico, entretanto, passaram a abrigar diversos batalhões (19º BPM, 20º BPM e emprego da GUARDA PATRIMONIAL), os quais além de expandirem suas responsabilidades territoriais, passaram também a executar o policiamento comunitário, assim sendo, neste ano, o desempenho de tais espaços foram otimizados, inclusive, realizando-se com recursos do tesouro adaptações para acomodar um maior efetivo disponível. As despesas referentes à manutenção dos Núcleos como contas de consumo: luz, água, telefone, manutenção de viaturas, combustível, foram empenhadas nas ações 0282, 0324 juntamente com o conjunto de despesas administrativas”.

➤ Programa 0172 - Integração Operativa dos Órgãos da Defesa Social através dos CIODS – tem por objetivo realizar pronto atendimento ao pedido de socorro do cidadão, do policial e do bombeiro militar, fornecendo dados e informações para planejamento, operações e para inteligência policial. Foram alocados R\$ 15,49 milhões na LOA 2006, enquanto a sua execução ficou em R\$ 2,67 milhões, 17% do previsto. Este programa foi executado através das seguintes ações:

- Ação 0275 - *Dinamização das ações dos CIODS* – Não há como comparar as metas prevista com as realizadas, posto que não houve previsão de metas na LOA 2006. Para esta ação foram previstos R\$ 4,56 milhões, tendo sido gasto cerca de R\$ 2 milhões. Com base na descrição das realizações no exercício, depreende-se que a meta seria reduzir o tempo de atendimento da ocorrência policial. Para isso foi ampliado o Call Center e realizados melhoramentos na infra-estrutura dos CIODS. No entanto, a Secretaria reconhece que a meta foi alcançada parcialmente;
- Ação 0337 - *Manutenção do sistema de radiocomunicação, comunicação móvel e o sistema de vídeo monitoramento urbano* – A dotação inicial foi de R\$ 10,93 milhões, mas sua execução não passou de R\$ 675 mil. Transcreve-se a seguir as informações da SDS:

“Um dos maiores aliados da Segurança Pública é a otimização do sistema de radiocomunicação, aliado a uma constante vigilância do Sistema urbano, onde essa tecnologia aliada aos Agentes Operativos de Segurança bem formados, otimizarão o emprego do Policiamento Ostensivo. O CSM/MB, face ao esforço do Governo Estadual e do Comando Geral da Corporação, estão adquirindo equipamentos que irão contribuir para uma maior comunicação da tropa lançada no terreno, tudo com vistas a atender ao interesse Público, além do que, de forma constante, realizarão de forma satisfatória a manutenção das repetidoras fixas em todo o estado. Quanto ao sistema de vídeo monitoramento, este existe apenas de forma experimental em alguns pontos da capital, necessitando de um maior investimento, tanto na aquisição quanto ao treinamento de pessoal, pois alguns crimes aconteceram nessas áreas sem que houvesse a captação das imagens, face à insuficiência de equipamentos.”

➤ Programa 0171 - Formação Profissional e Capacitação Institucional – Para alcançar o objetivo de preparar o ingresso, formação e aperfeiçoamento dos policiais civis, militares e bombeiros militares, técnico-científico, peritos, médicos legistas e datiloscopistas, foi fixado na LOA 2006 o valor de R\$ 8,65 milhões, tendo ao longo do exercício sido gastos apenas cerca de 10% deste valor, R\$ 843,6 mil, por meio das seguintes ações:

- Ação 0259 - *Reestruturação física e administrativa da Academia Integrada de Defesa Social* – A meta era reestruturar a unidade da ACIDES. A ação tinha dotação de R\$ 1,19 milhão, tendo sido anulada quase que totalmente durante o exercício, não havendo execução financeira desta ação, apesar de a Secretaria informar que:

“No ano de 2006, o CFAP inaugurou a sua sala de Teleconferência, proporcionando levar aos Servidores Militares de nossa Corporação e Co-irmãs os conhecimentos mais atualizados e necessários à prática policial com economicidade, haja vista que de um ponto longínquo, profissionais com competência sobre determinado assunto possa repassar os conhecimentos necessários ao emprego do Policial na Segurança Pública.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

META PARCIALMENTE ALCANÇADA, haja vista a ampliação da rede de suporte elétrico, a qual está em fase de conclusão.”

- Ação 0331 - *Educação continuada e aperfeiçoamento profissional* – A meta prevista era capacitar 5.000 policiais/servidores, tendo sido parcialmente alcançada, capacitando-se 2.160. Da previsão inicial de R\$ 2,77 milhões, foi executado R\$ 654,23 mil, ou cerca de 23% do valor orçado. A seguir transcreve-se as informações obtidas junto à SDS:

“Neste ano, a Secretaria de Defesa Social proporcionou diversos cursos na área de capacitação de seus quadros, aperfeiçoando oficiais intermediários para galgarem aos postos superiores da Corporação, Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos, Curso Formação de Sargentos, Curso de Formação de Cabos, Curso de Formação de Pilotos de Helicópteros, outros. **META PARCIALMENTE ALCANÇADA**, haja vista que alguns cursos deixaram de ser realizados no presente exercício financeiro, a exemplo do Curso Superior de Polícia e Curso de Uso Legal de Arma de Fogo

Serviços e bens contratados:

- Inscrição de quatro Servidores no curso Fórum em contratação gestão pública.
 - Pelo Projeto de Valorização Profissional, foram Capacitados 2.160 profissionais
 - Locação de salas de aula.
 - Aquisição de mobiliários.
 - Aquisição de recursos tecnológicos.
 - Aquisição de material de expediente destinado aos cursos de capacitação.
 - Contratação de Instituição sem fins lucrativos para capacitar profissionais da área de inteligência em produção do conhecimento, contra inteligência e operações.
 - Inscrição de Servidor no Curso Extensão de Formação de Tutores em Educação à distância.
 - Inscrição de 14 (quatorze) servidores da SDS na 2ª Jornada Nordestina de Licitações (Elaboração, gestão e prestação de contas e convênio).
- Inscrição de peritos no XXI Congresso Bras. de Entomologia.”

- Ação 0334 - *Formação de profissionais da segurança e defesa social* – Não há como comparar as metas previstas com as realizadas, posto que não houve previsão de metas na LOA 2006. Esta ação contou com uma dotação inicial de R\$ 4,69 milhões, tendo sido realizado apenas R\$ 189,38 mil, ou cerca de 4% do valor orçado. A SDS informou como realização:

“Formação de 400 (Quatrocentos) novos Soldados PMs, os quais estão sendo empregados no Policiamento Ostensivo do Estado e, Formação de 82(oitenta e dois) Aspirantes-a-oficial de diversas corporações, dos quais, 42 (quarenta e dois) são integrante da PMPE. **META ALCANÇADA.**

- Inscrição de três servidores no curso: Formação terapeutas comunitários.
- Inscrição de servidor no II Seminário Nacional Ouvidores & Ouvidorias.”

Observa-se a dificuldade em descrever os produtos das ações, bem como a quantificação de suas metas. As informações da SDS, fornecidas pelos Gerentes dos Programas, descrevem de forma detalhada o que foi feito durante o exercício. No entanto, estas informações nem sempre guardam correspondência com as metas previstas no PPA.

➤ Programa 9: Modernização da Rede de Saúde

O programa ficou sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde - SES, através do Fundo Estadual de Saúde - FES, e teve correspondência com os seguintes programas previstos na LOA:



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

- Programa 0234 - Assistência de Qualidade à Saúde na Rede SUS/PE;
- Programa 0277 - Gestão do Sistema Único de Saúde - SUS/PE;
- Programa 0151 - Vigilância à Saúde da População; e
- Programa 0150 - Atenção à Saúde da População.

Juntos, esses quatro programas representaram aproximadamente 74% do total orçado para os dez programas a cargo do FES-PE, que montaram em R\$ 703.679.000,00, o que demonstra a sua representatividade nesse conjunto. No entanto, os programas 0234 e 0150 detêm participação significativa, correspondendo a 12% e 60% do total, respectivamente. Esse fato confirma que a maior representatividade da atuação do Estado se encontra nas ações de prestação de assistência à saúde, relativamente aos procedimentos de alta complexidade.

As informações disponíveis sobre a execução das ações desses programas trazem uma posição parcial, relativa a outubro de 2006, em virtude de terem sido solicitadas e encaminhadas ainda antes do término do exercício.

Comentaremos os programas, tomando as ações cujas execuções tenham sido consideradas relevantes para o seu cumprimento.

- Programa 0234 - Assistência de Qualidade à Saúde na Rede SUS/PE

O primeiro programa (0234) teve como objetivo “Ampliar o acesso da população à assistência à saúde de qualidade”. Para tanto, foi prevista a realização de sete ações:

- Ação 0805 - *Construção, reforma, melhoria e equipagem da rede de laboratórios públicos;*
- Ação 0809 - *Implantação de centros de parto normal;*
- Ação 0827 - *Implantação de prontuário eletrônico em unidades hospitalares da rede estadual;*
- Ação 0828 - *Operacionalização da central de regulação médica;*
- Ação 0848 - *Recuperação de estrutura física das policlínicas regionais;*
- Ação 0869 - *Construção, melhoria e equipagem de unidades de terapia intensiva (UTI) da rede pública;*
- Ação 0876 - *Melhoria das instalações físicas e equipagem dos hospitais da rede pública do Estado.*

A primeira ação (0805) teve como orçamento inicial o valor de R\$ 40,21 milhões, dos quais apenas R\$ 648,51 mil foram realizados, ou seja, 1,61% do valor orçado. A meta prevista era adequar o Laboratório Central e mais sete laboratórios. Porém, conforme informação da SES, apenas houve a conclusão da reforma das áreas administrativas e da primeira etapa da reforma dos setores de Bacteriologia e Virologia do LACEN, enquanto que outras obras do LACEN estavam em andamento.

A segunda ação (0809) teve como orçamento inicial o valor de R\$ 1,46 milhão para a construção de 10 centros de parto normal (meta da LOA). Porém, foram construídos e implantados 3 centros (Águas Belas, Cabrobó e Paulista), com a execução de R\$ 569,78 mil, ou 39,15% do orçamento inicial. Ressalte-se, ainda, que conforme informações da SES, os municípios de Olinda e Orocó não aceitaram o projeto de implantação de Centros de Partos Normais.

A terceira ação (0827) tinha como meta a implantação do prontuário eletrônico em 9 unidades hospitalares, porém o orçamento inicial de R\$ 60 mil não foi executado. A SES informou que “Em decorrência de mudanças gerenciais, as prioridades foram redimensionadas acarretando alterações no resultado de execução orçamentária, ocorrendo, por vezes o não cumprimento de ações previstas na programação original do PPA 2004/2007”.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

A quarta ação (0828) teve como orçamento inicial o valor de R\$ 4,50 milhões, cuja execução ficou em 4,46 milhões, ou cerca de 99% do valor orçado. A meta era “Dotar o Sistema de Saúde do Estado de um instrumento eficaz de regulação de leitos, serviços e controle de transferência intra-hospitalar”. Verifica-se, assim, que a meta proposta não pode ser mensurada, inviabilizando a análise do seu grau de cumprimento. Sobre a realização da meta, a SES respondeu nos seguintes termos:

“Realizada atualização diária do Censo Hospitalar (nº. de leitos existentes, ocupados ou vagos), incluindo UTIs das unidades públicas e privadas conveniadas e autorização de internamento em UTIs privadas dos seguintes Hospitais: Hospital Real Português e Hospital Maria Lucinda juntamente com a inclusão do Hospital Memorial Guararapes, todos de acordo com contrato estabelecido com a Secretaria Estadual de Saúde/PE. Captação de 120.559 ligações telefônicas pelo 0800, atendendo a Central de Parto, definindo o destino hospitalar com 167.386 internamentos. Recebidas 1.502 ligações telefônicas na Central de Leite Humano, através do 0800, sendo captadas 91 doadoras. Em parceria com o Corpo de Bombeiros, o kit de armazenamento do leite e todas as informações necessárias é levado até as doadoras, sendo, em seguida, transportado para os Bancos de Leite dos Hospitais: IMIP, Barão de Lucena, Clínicas e CISAM. Atendidos 256 pacientes através do Programa Tratamento Fora do Domicílio (TFD) com deslocamento interestadual conforme a Portaria da SAS (Secretaria de Assistência a Saúde) 55/99. Ampliação em todo o Estado de hospitais cadastrados, para um total de 277 hospitais e maternidades regulados através da Central de Regulação Médica.

Foi implementada a regulação de 48 leitos hospitalares passando assim de 118 para 159 hospitais e maternidades regulados pela Central de Regulação, totalizando 277 Unidades de Saúde envolvendo as 3 esferas de governo e incrementado em 83 novos leitos de UTIs em Unidades Públicas, incluindo as UTIs privadas conveniadas com autorização de internamentos nos Hospitais Real Português (10 leitos), Maria Lucinda (7 leitos), Memorial Guararapes (10 leitos) e Hospital de São Vicente – Serra Talhada (7 leitos), totalizando 34 leitos de UTIs, todos de acordo com contrato estabelecido com a Secretaria Estadual de Saúde/PE.

Quanto ao controle e regulação dos exames e procedimentos de alto Custo/Complexidade foram regulados e autorizados 888.116 procedimentos ambulatoriais de alta complexidade no período de Janeiro a Agosto/2006, e autorizados e realizados 10.857 internamentos hospitalares de alto custo e complexidade no período de Janeiro a Julho/2006”.

A quinta ação (0848) tinha como meta a recuperação/manutenção de 8 Policlínicas Regionais, porém o orçamento inicial de R\$ 450 mil não foi executado. A SES informou que “Em decorrência de mudanças gerenciais, as prioridades foram redimensionadas acarretando alterações no resultado de execução orçamentária, ocorrendo, por vezes o não cumprimento de ações previstas na programação original do PPA 2004/2007. Esta ação encontra-se contemplada na Ação 0876, onde se inclui os Hospitais Regionais”.

A sexta ação (0869) teve como orçamento inicial o valor de R\$ 4 milhões, cuja execução ficou em R\$ 2,93 milhões, ou cerca de 73% do valor orçado. A meta, não muito clara na redação da LOA, previa, do que se pode compreender, a ampliação de 3 UTI’s, aumentando assim o nº de leitos de terapia intensiva. Observa-se que a meta proposta não pode ser mensurada, inviabilizando a análise do seu grau de cumprimento. Sobre a realização da meta, a SES respondeu nos seguintes termos:

“Concluída a reforma e adequação da estrutura física das UTIs pediátrica, adulto e UCI Neonatal do Hospital Agamemon Magalhães. Acrescidos 22 leitos de UTI, ampliando para 46 leitos. Concluída a reforma de UTI Neonatal Externa (pacientes oriundos de outras unidades) do Hospital Barão de Lucena. Implantados 09 leitos de UTI Neonatal Externa. Concluída a reforma para implantação da UTIs Pediátrica e Adulto de Hospital Correia Picanço, Implantados 05 leitos de UTI Pediátrica e 05 leitos de UTI Adulto”.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

A sétima ação (0876) do programa teve como orçamento inicial o valor de R\$ 34,20 milhões, cuja execução ficou em R\$ 31,29 milhões, ou cerca de 91% do valor orçado. A meta prevista na LOA era recuperar/manter 297 instalações físicas e equipagem dos hospitais da rede pública do Estado. Sobre a realização da meta, a SES respondeu nos seguintes termos:

“Hospital Getúlio Vargas: concluída a reforma do Bloco G; recuperação do sistema de climatização, reforma no bloco cirúrgico, central de materiais, pequenas cirurgias, emergências, ambulatório, laboratório e lavanderia. Hospital Agamenon Magalhães: implantado o Serviço de Célula Tronco no Estado com reforma de área física. Hospital Geral Otávio de Freitas: recuperação de estrutura física do hospital (pintura das fachadas, recuperação dos sistemas elétrico e hidráulico, etc.) Hospital Correia Picanço: reforma de enfermarias de HIV para implantação de novos leitos de UTI. Hospital Rui de Barros Correia - Arcoverde: reforma e ampliação da sala de raio-x; recuperação da cobertura do hospital; climatização das áreas de tomografia, raio-x e recepção. Hospital Regional Emília Câmara - Afogados da Ingazeira: ampliação e adequação. Foram equipados os seguintes hospitais: Restauração, Geral Otávio de Freitas, Agamenon Magalhães, Getúlio Vargas e Barão de Lucena (Região Metropolitana); Regional do Agreste/Caruaru (Agreste Central); Fernando Bezerra/Ouricuri (Araripe), Regional Emília Câmara/Afogados da Ingazeira (Pajeú), Rui de Barros Correia/Arcoverde (Moxotó), Regional Dr. Silvio Magalhães/Palmares (Mata Sul), Professor Agamenon Magalhães/Serra Talhada (Pajeú), Dom Moura/Garanhuns (Agreste Meridional), Regional Inácio de Sá/Salgueiro (Sertão Central) e José Fernandes Salsa/Limoeiro (Agreste Setentrional)”.

➤ Programa 0277 - Gestão do Sistema Único de Saúde - SUS/PE

O programa 0277 tem como objetivo “Aprimorar a condução, coordenação e supervisão das diretrizes e ações do Fundo Estadual de Saúde”. Para o alcance dos seus objetivos contou com oito ações:

- Ação 0829 – *Capacitação gerencial de policlínicas regionais;*
- Ação 0734 – *Desenvolvimento de recursos humanos do SUS;*
- Ação 0808 – *Oferta de estágio remunerado na área de saúde;*
- Ação 0810 – *Controle e avaliação das ações e serviços do SUS;*
- Ação 0822 – *Apoio aos municípios na gestão do SUS;*
- Ação 0826 – *Monitoramento das ações do Estado na gestão plena do sistema estadual do SUS;*
- Ação 1374 – *Pactuação dos indicadores de atenção básica de saúde;*
- Ação 1525 – *Fortalecimento do componente estadual de auditoria.*

A primeira ação (0829) teve como orçamento inicial o valor de R\$ 200 mil, e tinha como meta: “Desenvolver 04 ações de capacitação gerencial em Policlínicas”. No entanto, não houve execução do valor orçado, sendo informado pela SES que “Em decorrência de mudanças gerenciais, as prioridades foram redimensionadas acarretando alterações no resultado de execução orçamentária, ocorrendo, por vezes, o não cumprimento de ações previstas na programação original do PPA 2004/2007”. A SES justifica ainda que “Esta ação encontra-se contemplada na Ação 0876, onde se inclui os Hospitais Regionais”.

A segunda ação (0734) teve como orçamento inicial o valor de R\$ 2,8 milhões, e tinha como meta: “Capacitar 450 profissionais”. A execução da despesa foi de R\$ 679 mil, representando 24,16% do valor orçado. No entanto, a SES informa que: “As capacitações desenvolvidas contemplaram 19.184 profissionais de saúde do SUS, atingindo quase que na sua totalidade a meta planejada no Plano Estadual de Saúde para o ano de 2006 (19.284). Tivemos também a participação de 1.393 profissionais em seminários, simpósios, congressos e conferências, atingindo parcialmente a meta”. Assim, observa-se a inadequação tanto da meta quanto do valor orçado em relação ao que ficou definido no Plano Estadual de Saúde.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

A quarta ação (0810) teve como orçamento inicial o valor de R\$ 357,2 mil, tendo sido executada uma despesa de R\$ 155,5 mil, representando 43,53% do valor orçado. Essa ação tinha como finalidade: “Melhorar a qualidade dos serviços do SUS, visando a otimização na utilização dos recursos financeiros”. A meta prevista era: “implantação de um sistema”.

A SES informa que: “Quanto à implantação, implementação e acompanhamento da Programação Pactuada e Integrada - PPI foi implantada e realizada a primeira avaliação no período de setembro a dezembro de 2006. Foi reativada a comissão técnica responsável pelo estabelecimento de critérios para a avaliação da PPI, proposta apresentada na reunião da Comissão Intergestora bipartite - CIB de dezembro de 2006”.

Relata ainda: “Está sendo descentralizada para as GERES as ações de Controle e Avaliação, através de capacitações e reuniões de trabalho, como por exemplo: Curso de Regulação; Controle, Avaliação e Auditoria; Oficinas de Programação, Pactuada, Integrada – PPI; Oficinas de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES; Oficinas de Ficha de Programação Orçamentária – FPO”.

No entanto, apesar da importância dessa ação para o SUS-PE, a sua descrição de finalidade e meta apresentam-se genéricas na LOA/2006, não expressando o conteúdo da sua realização.

A quinta ação (0822) com orçamento inicial no valor de R\$ 359,5 mil, foi executada mediante uma despesa de R\$ 10,7 milhões, representando aproximadamente 2.900% do valor orçado. A sua finalidade era: “Habilitar os 184 municípios e Distrito Estadual de Fernando de Noronha”.

Quanto ao cumprimento da meta da ação a SES informa que: “De acordo com a Portaria MS 399 de 28/02/2006, foi extinto o processo de habilitação pela NOAS. O avanço do processo de descentralização se dará mediante assinatura de Termos de Compromissos de Gestão Estadual e Municipais”.

Destaca ainda que: “Foram realizados três seminários sobre a discussão e apresentação da proposta dos Consórcios Intermunicipais de Saúde. A discussão da implantação de Consórcio Intermunicipal de Saúde foi suspensa por deliberação da VIII Plenária Estadual de Conselheiros de Saúde”.

Além disso, relata que: “Em fase de implantação o Sistema Orçamentário, Contábil-financeiro e Licitatório nas GERES, estando o Projeto Piloto sendo implantado na I GERES por uma empresa terceirizada contratada pelo setor financeiro que desenvolveu o Sistema de Controle de Empenho - SISBSE. Após a homologação do sistema pela I GERES, será implantado nas demais GERES do Estado”.

Não fica claro, entretanto, se o referido sistema terá aplicação apenas no âmbito exclusivo, interno, das GERES, ou se será repassado para implantação pelos municípios vinculados a essas GERES, em face do que dispõe a finalidade dessa ação na LOA/2006: “Capacitar os municípios na gestão do SUS”. Mais uma vez observa-se inadequação do valor orçado e das metas estipuladas na LOA.

A sexta ação (0826) com orçamento inicial no valor de R\$ 122,7 mil, foi executada mediante uma despesa de R\$ 5 mil, representando apenas 4,12% do valor orçado. A sua finalidade era: “Monitorar as ações do Estado na Gestão Plena do Sistema Estadual, decorrentes do processo de habilitação de acordo com a Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS)”. A sua meta era: “Habilitação Monitorada”.

Quanto ao cumprimento da meta da ação a SES informa que:

“O Estado de Pernambuco foi habilitado na Gestão Plena do Sistema de acordo com a NOAS/ SUS 01/02, conforme Portaria GM N° 1.582, de 02/08/04, tendo em 2006 destaque para as seguintes ações:

- Supervisão de gestão nos municípios para analisar a situação de cada município solicitante de mudança de Gestão;
- Coordenação de Programação da Assistência com definição de metas físicas e tetos financeiros;
- Coordenação do processo de pactuação das metas físicas e tetos financeiros da assistência entre os gestores estadual e municipal de saúde;



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

- Implementação da municipalização dos hospitais: Agamenon Magalhães, Barão de Lucena, Geral de Areias e Ulisses Pernambucano. Em andamento, o levantamento patrimonial, de recursos humanos e organizacional;
- Apresentação/discussão da proposta de implantação de Consórcios Intermunicipais de Saúde, ao Conselho Estadual de Saúde (CES);
- Elaboração de documentos de Gestão do SUS”

A diminuta execução orçamentária em comparação com o volume de ações executadas indica novamente incompatibilidade do valor orçado com as metas traçadas.

A sétima ação (1374) com orçamento inicial no valor de R\$ 194 mil, tinha como meta: “Monitorar e avaliar as ações e serviços de saúde referentes à atenção básica”. No entanto, não houve execução do valor orçado.

Quanto ao cumprimento da meta a SES informa que: “Foram realizadas 09 oficinas envolvendo todas as Gerências Regionais de Saúde e todos os municípios para avaliação do cumprimento das metas propostas de 2005 e programá-las para 2006. Monitoramento dos indicadores em nível Estadual, Regional e Municipal”.

A ausência de execução orçamentária em comparação com o volume de ações executadas indica novamente incompatibilidade do valor orçado com as metas traçadas, e o que foi executado.

A oitava ação (1525) com orçamento inicial no valor de R\$ 91 mil, executou aproximadamente R\$ 35 mil, ou seja, 38,40% do que fora fixado para essa ação. A sua meta: “Apreciar e julgar todos os atos, despesas, investimentos e obrigações verificadas no âmbito do SUS”.

De grande relevância para a consolidação do SUS, o desenvolvimento do componente estadual de auditoria também encontrou previsão no Plano Estadual de Saúde, de modo que, segundo a SES o cumprimento desta ação contou com as seguintes atividades:

- “Realizadas 113 Auditorias, sendo 064 Concluídas e 49 em Execução, ultrapassando a meta prevista no Plano Estadual de Saúde que correspondia a 70 auditorias, fiscalizações e apurações de denúncias nas unidades estaduais e municipais, para verificação de conformidade com as normas do SUS.
- Foram realizados 04 Cursos de Aperfeiçoamento em Auditoria em Saúde com 110 participantes dos três níveis de Gestão: Federal, Estadual e Municipal”.

Observa-se, assim, a necessidade de melhor adequar a LOA ao Plano Estadual de Saúde.

➤ Programa 0151 - Vigilância à Saúde da População

Diante da significativa gama de atribuições contidas no campo de atuação do SUS conforme estabelecido na Constituição Federal, e na lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica de Saúde), aonde se destacam as ações de “assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde”, incluem-se ainda as ações de vigilância sanitária; de vigilância epidemiológica; de saúde do trabalhador; e de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica.

A Lei nº 8.080/90 definiu essas ações:

“Entende-se por **vigilância sanitária** um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde”

“Entende-se por **vigilância epidemiológica** um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.”



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

“Entende-se por **saúde do trabalhador**, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.”

Para atender às finalidades contidas na lei nº 8.080/90, a LOA/2006 contou com o programa 0151, cujo objetivo era “Controlar doenças e agravos à saúde da população”. Nesse sentido, dispôs para o alcance dos seus objetivos de sete ações:

- Ação 0654 – *Implantação de centros de atenção à saúde do trabalhador;*
- Ação 0579 – *Descentralização da vigilância sanitária;*
- Ação 0580 – *Municipalização da vigilância epidemiológica;*
- Ação 0581 – *Capacitação de profissionais na área de vigilância epidemiológica, sanitária e em sistema de informação;*
- Ação 0587 – *Vigilância sanitária para o controle de produtos e serviços de interesse à saúde;*
- Ação 0850 – *Vigilância epidemiológica para controle de doenças;*
- Ação 0873 – *Manutenção e operacionalização dos sistemas de informação epidemiológicas e sanitárias.*

A terceira ação (0580) teve como orçamento inicial o valor de R\$ 2,59 milhões, e tinha como meta:

“Apoiar os 184 municípios”. O valor da despesa executada foi de R\$ 759,3 mil, representando apenas 29,29% do valor orçado. Quanto ao cumprimento da meta a SES informa que foram: “Repassados recursos financeiros no valor de R\$ 755.725,00 para os municípios de: Xexéu, Panelas, Granito, Santa Cruz, Santa Filomena, Lajedo, Sairé, Pedra, Brejinho, Moreilândia, Betânia, Cachoeirinha, Casinhas, Águas Belas, Calçado, Altinho, Jurema, Tracunhaém, Lagoa dos Gatos, Camocim de São Felix, Capoeiras, Flores, Tupanatinga, Pedra, Carpina, São Bento do Una e Itapetim”.

Observa-se, pois, a necessidade de melhor detalhamento da meta constante da LOA, no sentido de demonstrar as formas de apoio a serem prestadas.

A quinta ação (0587) teve como orçamento inicial o valor de R\$ 1,4 milhão, e tinha como meta:

“Realizar 18.000 inspeções sanitárias”. A execução da despesa foi de R\$ 1,86 milhão representando 132,60% do valor orçado. No entanto, a SES informa que: “Até setembro foram realizadas 1.654 inspeções em todo o Estado, do total de 1.985 previsto para 2006 no Plano Estadual de Saúde (PES)”. Assim, observa-se a inadequação da meta em relação ao que ficou definido no Plano Estadual de Saúde.

➤ Programa 0150 - Atenção à Saúde da População

Esse programa pela sua relevância financeira demonstra a sua importância no contexto das diversas ações promovidas no âmbito do SUS, estando relacionado a um dos seus três objetivos, previstos na lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica de Saúde): “a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas”.

Nesse sentido, dispôs para o alcance dos seus objetivos de catorze ações:

- Ação 0683 - *Assistência à saúde da população carcerária;*
- Ação 0864 - *Assistência de média e alta complexidade na rede ambulatorial e hospitalar;*
- Ação 0867 - *Execução do programa nacional de imunizações;*
- Ação 0868 - *Assistência domiciliar (hospitalar) aos portadores de doenças neurológicas, crônicas e aids;*
- Ação 0870 - *Apoio aos municípios na execução do programa de agentes comunitários de saúde (pacs) e programa de saúde da família (psf);*



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

- Ação 0872 - *Fornecimento de medicamentos básicos à população metas previstas na loa 2006;*
- Ação 0874 - *Atenção à saúde da mulher;*
- Ação 1357 - *Atenção à saúde da criança e do adolescente;*
- Ação 1367 - *Atenção à saúde do idoso;*
- Ação 1372 - *Assistência à saúde mental;*
- Ação 1373 - *Atenção à saúde dos portadores de doenças infecto-contagiosas e crônico-degenerativas;*
- Ação 1377 - *Assistência à saúde dos portadores de deficiências;*
- Ação 1378 - *Monitoramento e avaliação da atenção básica no estado;*
- Ação 1406 - *Assistência farmacêutica à população, em caráter excepcional;*
- Ação 1523 - *Implementação das ações e serviços da central de transplante;*
- Ação 1524 - *Ações e serviços ofertados pelo IACEN à população.*

A primeira ação (0683) com orçamento inicial no valor de R\$ 1,05 milhão, tinha como meta: “Assistir 9.466 presos”. No entanto, não houve execução do valor orçado.

Quanto ao cumprimento da meta a SES informa que:

“O realizado durante o ano não corresponde a "Preso Assistido" e sim a "Atendimento Realizado". Realizados 99.772 atendimentos de saúde (clínica e odontológica) à população carcerária. Realizada oficina em DST/AIDS, Hanseníase, Tuberculose e Hepatite. Capacitados: Médicos (16), Odontólogos (12), Enfermeiras (9), Técnicos de Enfermagem (25), Psicólogos e Assistentes Sociais (30).

Em andamento processo licitatório para aquisição de medicamentos”.

A ausência de execução orçamentária em comparação com o volume de ações executadas indica novamente incompatibilidade do valor orçado com as metas traçadas, e o que foi executado.

A análise da execução orçamentária das ações deste programa revela, na maioria das ações, uma execução financeira abaixo do que fora previsto na LOA/2006, indicando a necessidade de melhor adequação do valor orçado às metas traçadas. Esse fato, entretanto, não ocorre quando se observa a realização da ação 0864 - Assistência de média e alta complexidade na rede ambulatorial e hospitalar, cuja execução financeira ultrapassou o valor orçado em 13%. A razão para isso pode ser deduzida do fato dessa ação congregar um conjunto de procedimentos de alta e média complexidade historicamente a cargo do Estado, cuja previsão de produção se encontra no âmbito da pactuação firmada junto ao Ministério da Saúde.

Programa 23: Pólo Farmoquímico

Este programa, cujo executor é o Laboratório Farmacêutico de Pernambuco – LAFEPE tem por objetivo ampliar a produção para atender a demanda de medicamentos com prioridade para o Estado de Pernambuco. Contou com uma dotação inicial de R\$ 20,61 milhões, dos quais apenas R\$ 641,05 mil foram executados, ou cerca de 3% do previsto. Estavam previstas as seguintes ações:

- Ação 0619 - *Instalação de farmácias do LAFEPE no Estado* – tinha como meta a instalação de 12 farmácias do LAFEPE no Estado, a um custo inicialmente previsto de R\$ 504 mil. Nada foi executado, segundo o LAFEPE;
- Ação 0621 - *Construção e instalação da nova fábrica de injetáveis - pequenos volumes (ampolas)* – tinha como meta a construção e instalação de nova fábrica de injetáveis. Contou com uma dotação inicial de R\$ 20,11 milhões, dos quais apenas R\$ 641,05 mil foram executados, ou cerca de 3% do previsto. Entretanto, o LAFEPE considerou apenas como meta realizada, não tecendo comentários acerca da realização.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Programa 24: Desenvolvimento do Hemopólo de Pernambuco

Este programa tem como executor a Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco – HEMOPE, a qual, conforme já explicitado, não respondeu ao ofício do TCE, ofício TC/DCE/GC03 Nº 033/2006, solicitando esclarecimentos acerca da realização ou não das metas previstas. O programa engloba os seguintes programas:

- Programa 0153 - Ampliação da Produção de Hemoderivados com a Modernização dos Processos – tinha por objetivo atender à demanda de hemoderivados no Estado. Contou com uma dotação inicial de R\$ 270 mil, tendo sido gastos R\$ 172,35 mil, ou cerca de 64% do previsto;
- Programa 0202 - Expansão e Promoção das Ações Finalísticas da Fundação HEMOPE – tinha por objetivo o atendimento à população nos procedimentos da área de sangue. Contou com dotação inicial de R\$ 36,85 milhões, tendo sido gastos R\$ 37,76 milhões, superando em pouco mais que 2% do valor previsto;
- Programa 0203 - Interiorização das Ações e de Serviços Hemoterápicos – tinha por objetivo proporcionar à população do interior do Estado maior cobertura hemoterápica. Contou com dotação inicial de R\$ 4,41 milhões, dos quais R\$ 2,91 milhões foram aplicados, ou cerca de 66% da previsão.

5.2 OPÇÃO ESTRATÉGICA: CONHECIMENTO E EDUCAÇÃO

Programa 10: Programa estadual de alfabetização

O programa estadual de alfabetização contou com uma dotação orçamentária inicial de R\$ 7,71 milhões, tendo sua execução atingido R\$ 8,40 milhões. Este nome de fantasia engloba os seguintes programas estabelecidos no PPA:

- Programa 0219 - Alfabetização de Pernambuco - cujo objetivo é universalizar a oferta de oportunidades de alfabetização para crianças, jovens e adultos, contava com uma dotação inicial de R\$ 5,29 milhões, tendo sido executado R\$ 6,72 milhões, superando o orçamento inicial em 27%. Suas ações foram:
 - Ação 1053 - *Alfabetização Cidadã* – tinha como meta alfabetizar 47.500 jovens e adultos de 15 a 24 anos, que estavam fora da escola, a um custo, inicialmente estimado, de R\$ 1,15 milhão. Segundo informações da SEDUC, foram alfabetizados 46.617 alunos, consumindo R\$ 1,9 milhão. Pode-se considerar a meta praticamente alcançada;
 - Ação 1054 - *Alfabetizar com Sucesso* – tinha como meta alfabetizar 45.300 crianças que já estão na 1ª e na 2ª série do ensino fundamental da rede estadual de ensino, a um custo, inicialmente estimado, de R\$ 4,14 milhões. Conforme informações da SEDUC foram alfabetizados 86.289 alunos, quase duplicando a meta estabelecida. No entanto, quanto ao valor aplicado, ficou apenas 16% acima do valor previsto.
- Programa 0267 - Correção do Fluxo Escolar – cujo objetivo é promover a correção do fluxo escolar de alunos da 1ª à 4ª série do ensino fundamental através alfabetização e da aceleração da aprendizagem. Este programa tinha como dotação inicial o valor de R\$ 2,42 milhões, dos quais R\$ 1,68 milhão foi realizado. Suas ações foram:
 - Ação 1057 - *Capacitação de educadores* – Tinha como meta capacitar 7.200 profissionais, entre técnicos, professores, supervisores e coordenadores, a um custo, inicialmente estimado, de R\$ 800 mil, que ao longo do exercício foi reduzido para R\$ 170,82 mil. Foram capacitados 4.169 profissionais, consumindo R\$ 152,75 mil, ou seja, atingiu-se 58% da meta com 19% dos recursos inicialmente alocados;
 - Ação 1085 - *Produção, impressão e distribuição de material gráfico e de divulgação do programa* – A ação teve como dotação inicial o valor de R\$ 250 mil, tendo sido executado R\$ 196,23 mil. A meta prevista na LOA estava equivocada, tendo em vista que constava o atendimento a 2.500 municípios, porém, conforme resposta da SEDUC, “*só existem 185 municípios no Estado de Pernambuco, dos quais o Projeto Se liga/Acelera Pernambuco atende a 171 municípios*”. Segundo a SEDUC, todos os municípios foram atendidos com a distribuição de impressos, formulários e apostilas para subsidiar o



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Programa de correção do fluxo escolar de alunos com distorção idade/série da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental;

- Ação 1088 - *Garantia de condições materiais para o desenvolvimento do programa* – Tinha como meta atender 20 municípios, a um custo, inicialmente estimado, de R\$ 700 mil. Segundo a Secretaria 171 municípios foram atendidos com a aquisição de material para subsidiar o trabalho pedagógico e de apoio didático aos professores e alunos, tais como kits de material de apoio didático, computadores e impressoras, *datashow* entre outros. A execução da ação consumiu recursos na ordem de R\$ 377,66 mil. Observa-se que a meta estimada foi mal projetada, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto financeiro;
- Ação 1089 - *Gerenciamento, controle e acompanhamento das ações do programa* – A meta desta ação também estava equivocada, quando objetivava atender 20 municípios. A Secretaria informou que foram instalados 20 pontos de internet, sendo 17 nas GERE's e 3 na SEDUC, além da contratação da empresa fornecedora do sistema SIASI. A execução superou em 41% o valor inicialmente estimado (de R\$ 671 mil previstos para R\$ 948,4 mil executados).

Programa 11: Educação básica de qualidade com inclusão social

Este programa (código 0262) tem por objetivo garantir escola pública de qualidade para todos. Trata-se de um programa muito abrangente, envolvendo ações tão complexas que talvez merecessem ser transformadas em outros programas possibilitando um melhor acompanhamento.

Em 2006, foram aplicados R\$ 496,03 milhões, superando a previsão inicial de R\$ 441,90 milhões. Integraram este programa as seguintes ações:

- Ação 1071 – *Expansão e aperfeiçoamento do Sistema de avaliação do Ensino Fundamental* – SAEPE – A meta estabelecida na LOA era atender 8.490 **escolas**, com uma dotação inicial de R\$ 1,5 milhão, enquanto que a meta realizada foi informada como 7.150 **alunos** atendidos, empenhando cerca de R\$ 1,28 milhão; (observa-se a inconsistência da unidade de medida estimada na LOA);
- Ação 1072 - *Expansão e aperfeiçoamento do Sistema de Avaliação do Ensino Médio* – SAEPE – A meta estabelecida na LOA era atender 710 **escolas** com um custo estimado de R\$ 300 mil, enquanto que a meta realizada foi informada como 684 **alunos** atendidos com uma despesa de R\$ 352 mil (comentário idem ao da ação anterior);
- Ação 1075 - *Regularização do fluxo escolar do ensino médio* – Neste caso, pode-se comparar a meta realizada com a prevista, pois tratam do mesmo produto. Foram atendidos 64.800 alunos com uma despesa de R\$ 12,18 milhões, superando a meta prevista que era de 60.000, tendo como previsão inicial R\$ 2,5 milhões, reforçados para praticamente R\$ 13 milhões no decorrer do exercício. Esta ação contemplou o projeto Avançar (que atua no combate à distorção idade/série no ensino médio);
- Ação 1080 - *Melhoria da qualidade dos serviços da Biblioteca Pública* – Este é um caso de ação que retrata bem o que foi criticado no preâmbulo desse programa, pois a meta estabelecida e a atingida foram sintetizadas como 1 serviço melhorado, não revelando o que foi considerado como “melhoria”. Dos cerca de R\$ 1,29 milhão estimados, foram empenhados cerca de R\$ 690 mil;
- Ação 1082 - *Melhoria das condições de acesso à universidade* – Meta prevista: Atender 9.000 alunos do terceiro ano do ensino médio das escolas estaduais. A meta alcançada superou em muito a estabelecida, totalizando 22.105 alunos beneficiados sendo, 5.000 no “Rumo à Universidade”, 2.200 no “Euclides da Cunha” e 15.000 no “Rumo ao Futuro”. Esta ação foi executada, parte pela SEDUC e parte pela UPE. O valor inicialmente previsto na LOA foi de R\$ 4,2 milhões, tendo sido empenhados até o final do exercício, cerca de R\$ 8,22 milhões;
- Ação 1065 - *Educação de jovens e adultos de qualidade com inclusão social* – A meta estabelecida, atender 57.955 alunos (com uma dotação inicial de R\$ cerca de R\$ 12,0 milhões), foi superada, alcançando-se 105.157 alunos (com uma despesa final de R\$ 16,44 milhões). Foram priorizados os alunos de municípios



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

com baixo índice de IDH, por meio de educação à distância, utilizando-se a infra-estrutura proporcionada pelas telessalas;

- Ação 1066 - *Educação especial de qualidade com inclusão social* – A meta estabelecida foi atender 2.700 alunos (com uma dotação inicial de R\$ 1,75 milhão), enquanto a alcançada foi o atendimento de 7.453 alunos com algum tipo de dificuldade especial, gastando-se cerca de R\$ 1,42 milhão;
- Ação 1067 - *Educação infantil de qualidade com inclusão social* – A meta prevista era atender 5.020 alunos (praticamente o total de matriculados na rede estadual neste nível de ensino, 5.726). a um custo de R\$ 6,55 milhões. Os dados informados dão conta do atendimento de 3.706 alunos, portanto não alcançando a meta estabelecida, com uma despesa final de R\$ 4,78 milhões;
- Ação 1068 - *Educação indígena de qualidade com inclusão social* – A meta inicial de atender 7.500 alunos indígenas, com uma dotação inicial de R\$ 6,85 milhões, foi superada, atingindo-se 9.457 alunos, com uma despesa final de R\$ 6,87 milhões, praticamente a estimativa da LOA;
- Ação 1069 - *Ensino fundamental de qualidade com inclusão social* – A rede estadual possui cerca de 460 mil alunos matriculados no ensino fundamental. Esta ação teve como meta atingir 10 mil alunos, tendo alcançado 14.175 com trabalhos sobre temas transversais inerentes à educação básica, com ênfase em educação fiscal, saúde, orientação sexual e meio ambiente. Convém registrar o descompasso entre o pessoal que faz a estimativa das despesas, e aqueles que acompanham as ações, tanto que o valor inicialmente fixado na LOA foi de R\$ 356,34 milhões para atender apenas 10 mil alunos, quando o valor executado, cerca de R\$ 396 milhões, abrangeu todo o ensino fundamental, reforçando o comentário feito no início da análise do programa;
- Ação 1141 - *Ensino médio de qualidade com inclusão social* – a rede estadual conta com cerca de 370 mil alunos matriculados no ensino médio. A meta estimada foi atender 37.187 alunos, tendo sido superada alcançando 48.942 alunos, com ações voltadas para revisão dos referenciais curriculares do curso normal médio, formação de professores, especialmente o PROGRAPE – Programa de Especialização em Pedagogia, projetos Graciliano Ramos e Ricardo Ferreira, entre outros. Aqui também cabe registrar o mesmo comentário anterior, posto que foram previstos R\$ 48,86 milhões e gastos R\$ 51,39 milhões, o que faz supor que todos os alunos do ensino médio foram objeto desta ação e não apenas o estabelecido como meta.

5.3 OPÇÃO ESTRATÉGICA: REDUÇÃO DA POBREZA

Programa 12: Rede de proteção e inclusão social

Este programa teve como executores a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania e o Fundo Estadual de Assistência Social e Cidadania, o qual é gerido pela Secretaria, sob orientação e controle do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS. Inicialmente foi consignado no orçamento o valor de R\$ 32,25 milhões, dos quais R\$ 14,91 milhões foram executados, ou 46,24% da previsão inicial. O programa engloba os seguintes programas previstos na LOA:

- Programa 0251 - Agência do Trabalho – Este programa tem como prioridade contribuir para a redução das taxas de desemprego, estimular iniciativas associativas e de acesso ao micro crédito, promover a inclusão de comunidades economicamente vulneráveis, contribuir com informações permanentes sobre o mercado de trabalho e estabelecer parcerias para a produção e difusão de informações que contribuam para a saúde do trabalhador e a preservação do meio ambiente. Para tanto, contou com uma dotação inicial de R\$ 18,52 milhões, dos quais R\$ 14,11 milhões foram executados. Suas ações foram:
 - Ação 0656 - *Ampliação das Agências do Trabalho* – cuja meta era implantar/adequar 2 unidades, executou apenas cerca de 10% do valor orçado (valor previsto R\$ 2,46 milhões e valor executado R\$ 247 mil), porém conforme informação da Secretaria “Foram implantadas 04 novas unidades (Palmares, Araripina, Ipojuca e Igarassu); concluída a reforma da unidade de Arcoverde (inauguração prevista para o dia 18.12.2006) e iniciados os trabalhos de reforma e adaptação do prédio da futura unidade de Belo Jardim”. Verifica-se, portanto, que atingiu-se duas vezes e meia a meta com apenas 10% dos recursos estimados, o que demonstra a falha ao dimensionar a meta, bem como a previsão de recursos necessários;



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

- Ação 0646 - *Seguro desemprego* – cuja meta era habilitar 60.000 trabalhadores executou 83% dos recursos previstos, com a realização de 63% da meta prevista, ou seja, 37.545 trabalhadores habilitados no Seguro-Desemprego, a um custo de R\$ 472,33 mil;
- Ação 0647 - *Apoio ao Sistema Público de Emprego* – a meta era homologar 13 Comissões Municipais de Emprego - CME. Segundo a Secretaria “Por meio de ações desenvolvidas de forma conjunta com a Agência CONDEPE/FIDEM, representantes dos municípios que ainda não têm CME homologada foram incentivados e orientados a compor a Comissão e habilitar o município a receber ações de qualificação social e profissional atendendo a esta demanda municipal”. Apesar da Secretaria não informar quantitativamente o cumprimento ou não da meta, respondeu nos seguintes termos: “A meta foi superestimada. Devido à redução dos recursos conveniados com o Ministério do Trabalho e Emprego para a execução de ações de qualificação profissional (ação 0794), há desmotivação nos municípios em compor Comissão de Emprego e solicitar sua homologação”; Registra-se que dos R\$ 92 mil previstos, foram executados R\$ 53,57 mil;
- Ação 0672 - *Estudo e pesquisa na área de emprego – PED* – cuja meta era elaborar 12 relatórios na área de emprego, tinha como dotação inicial R\$ 1,38 milhão, dos quais R\$ 1,17 milhão foi executado, ou 85% da previsão inicial. Acerca da realização da meta a Secretaria informou que “nos meses de janeiro e fevereiro, foi realizado, pelo DIEESE, estudo sobre ‘Novos Arranjos Familiares e Renda na Região Metropolitana do Recife: um estudo comparativo entre metrópoles brasileiras’. Também por meio de contratação do DIEESE, foi realizada a Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana do Recife, que mede as taxas de ocupação e desocupação no Grande Recife”. Verifica-se, assim, a elaboração de 2 estudos, de um total de 12 previstos, ou seja, foi consumido 85% dos recursos para a realização de apenas cerca de 17% da meta;
- Ação 0674 - *Apoio a micro e pequenos empreendedores, associações e cooperativas* – a meta era o atendimento de 50 entidades, tendo sido atendidas 29 associações e cooperativas, com a execução de R\$ 81,27 mil, dos R\$ 121 mil previstos;
- Ação 0721 - *Apoio aos registros públicos de trabalho e emprego* – a meta era atender 76.500 pessoas a um custo inicialmente previsto de R\$ 163 mil. Conforme informação da Secretaria “foram emitidas 90.677 carteiras de trabalho e mais 3.480 carteiras de identidade nas diversas unidades de atendimento do Estado, em especial para jovens em busca de primeiro emprego”. O valor executado foi R\$ 127,35 mil. Observa-se mais uma vez a impossibilidade de verificar se a meta foi atingida, pois a mesma pessoa pode ter sido beneficiada com os dois documentos;
- Ação 0724 - *Apoio às comunidades Quilombolas* – cuja meta era atender 12 comunidades, foi realizada, conforme informação da Secretaria, “por meio de cursos de qualificação social e profissional, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), na ação 0794”. Porém, conforme consulta ao SIAFEM, verificou-se a execução na ação 0724 de R\$ 46,65 mil, dos R\$ 56 mil previstos inicialmente. Ressalta-se, por fim, que a Secretaria não informou o cumprimento ou não da meta;
- Ação 0733 - *Intermediação do emprego* – a meta era inserir 70.000 trabalhadores no mercado de trabalho. Conforme a Secretaria informa “foram desenvolvidas ações voltadas para a inserção de trabalhadores desempregados ou sob risco de desocupação no mercado de trabalho. Nas 22 unidades da rede, foram cadastrados 122.772 trabalhadores. Houve 94.198 encaminhamentos de trabalhadores para concorrer a 35.631 vagas captadas nas empresas. Foram colocados 28.034 trabalhadores”. A Secretaria reconhece o não cumprimento da meta afirmando que “**A meta não foi atingida por ter sido superestimada**” (grifos nossos). Registra-se ainda que houve realização de R\$ 2,31 milhões, dos R\$ 3,64 milhões previstos;
- Ação 0794 - *Programa Estadual de Qualificação Social e Profissional* – cuja meta era elevar o nível de escolaridade e a qualificação de 15.000 pessoas, teve como execução R\$ 2,74 milhões, dos R\$ 3,64 milhões previstos, o que equivale a cerca de 66% da previsão inicial. Segundo a Secretaria “O total de qualificados foi de 5.314 pessoas em todo o Estado”. Verifica-se, assim, o cumprimento de 35% da meta prevista com 66% dos recursos inicialmente alocados. Ainda de acordo com a Secretaria “**a meta foi**



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

superestimada, tendo em vista que não houve ampliação de recursos por parte do MTE para estas ações” (grifos nossos);

- Ação 1264 - *Emprego jovem / Primeiro emprego* – cuja meta foi atender 4.200 jovens de 16 a 24 anos, preparando, orientando e inserindo-o no mercado de trabalho, teve execução de R\$ 6,99 milhões, dos R\$ 4,07 milhões previstos, superando em 71% o valor inicialmente alocado. Em relação à meta a Secretaria afirma que “foram realizadas ações de orientação, qualificação profissional e de incentivo à inserção do jovem no mercado de trabalho. Ao todo, foram atendidos 6.983 jovens. Deste total, 6.701 foram qualificados em diversas modalidades de curso: Emprego Social, Emprego Jovem e Cursos Técnicos. Mediante a concessão de incentivo financeiro, empresas contrataram 119 jovens encaminhados pela Agência do Trabalho. Foram desenvolvidas ainda ações voltadas para a inserção de jovens por meio da Lei da Aprendizagem em Instituições Públicas (82 jovens contatados) e em Empresas Privadas (81 jovens)”. Observa-se, entretanto, que apesar da grande quantidade de jovens atendidos (6.983), apenas 282 foram contratados, cerca de 4% dos jovens atendidos, o que equivale a apenas 7% da meta estabelecida. Desta forma, o resultado final esperado, que é a inserção dos jovens no mercado de trabalho não foi alcançado;
 - Ação 1266 - *Direção, coordenação e supervisão das ações da Agência de Trabalho* – cuja meta não foi estabelecida, teve execução de 17% em relação ao previsto, tendo sido executados R\$ 268,16 mil, dos R\$ 1,70 milhão previstos inicialmente. A secretaria informou que “foram executadas ações de direção, coordenação e supervisão das ações da Agência do Trabalho, por meio da realização de reuniões, encontros gerenciais e visitas de supervisão”;
 - Ação 1431 - *Apoio ao Programa de Microcrédito* – cuja meta era o atendimento de 6.000 usuários de microcrédito, tinha dotação inicial de R\$ 136 mil, cuja execução ficou em R\$ 115,82 mil. A Secretaria informou a concessão de 2.745 créditos a pequenos empreendedores urbanos, o que equivale a 46% da meta estabelecida. Verifica-se que foram gastos 85% dos recursos para se atingir 46% da meta prevista.
- Programa 0285 - Gestão da Política do Trabalho, Emprego e Renda – tem por objetivo coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle na área do trabalho e do emprego. Teve como dotação inicial o valor de R\$ 126 mil, tendo sido executado R\$ 81,24 mil, ou cerca de 65% da previsão inicial. Acerca da meta prevista na LOA para 2006 (Assistir 15 abrigos), bem como as ações executadas, a Secretaria respondeu nos seguintes termos:

“A finalidade (Assistir a entidades envolvidas com o trabalho, emprego e a Unidade de Medida (Abrigo), efetivamente não correspondem ao objetivo da ação, propostos e aceitos equivocadamente, quando da elaboração do PPA - 2004 - 2007 e repetidas anualmente, na Revisão do PPA.

A ação é basicamente voltada para estudos permanentes de indicadores das áreas de emprego e renda, no Estado.

A Unidade Técnica Agência do Trabalho, desenvolveu, entre outras atividades, o acompanhamento e o estudo das pesquisas realizadas pelo DIEESE, utilizando o seu resultado para o planejamento contínuo das ações das áreas demandadas.

Foram realizadas, durante o exercício, reuniões de trabalho, estudo e de integração, com as Comissões Municipais de Emprego, diversas Entidades e Organizações Públicas e Não Governamentais, envolvidas com a área, bem como prestados serviços de apoio e de orientação aos municípios que ainda estão estruturando as Comissões Municipais de Emprego – CME.” (grifos nossos)

- Programa 0195 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI – tem como objetivo garantir proteção à criança conforme prevê a Constituição Federal. Contou com uma dotação inicial de R\$ 13,61 milhões, dos quais apenas R\$ 202 mil foram executados, o que equivale a 1,48% da previsão inicial. Suas três ações foram:



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

- Ação 0280 - *Concessão de bolsas a famílias* – cuja meta era conceder bolsas a 3.000 famílias, não teve execução financeira, apesar de ter uma dotação inicial de R\$ 11,61 milhões, conforme informações do órgão executor:

“Esta ação foi encerrada em junho/2005, atendendo Diretrizes da Norma Operacional Básica – NOB, sendo o pagamento municipalizado, a partir de julho/2005.

Quanto à sua inclusão na LOA/2006, justificamos, que, na elaboração da REVISÃO DO PPA/LOA – 2006, no período de junho/agosto – 2005, por não haver, ainda, total segurança quanto a implantação do novo sistema, optou-se por garantir a sua permanência, até mesmo para atendimento à casos excepcionais, por exemplo, o município que não atendessem de imediato aos critérios estabelecidos para a habilitação de Gestão Municipal ou que sejam desabilitados.

Durante o exercício de 2006, foram promovidas por outras ações desenvolvidas por esta SDSC, capacitações visando minimizar as dificuldades da integração do PETI/Bolsa Família em 183 municípios do Estado mais o Distrito de Fernando de Noronha”.

- Ação 0307 - *Realização de jornada ampliada de ensino para crianças e adolescentes* – cuja meta era atender 3.000 crianças/adolescentes, complementando em 20h/semana o ensino regular, contou com uma dotação inicial de R\$ 1,60 milhão, porém não houve realização financeira. Mesmo assim a Secretaria informou que foram “prestados serviços de acompanhamento e assessoramento técnico, quanto ao desenvolvimento das ações sócio-educativas – Jornada Escolar Ampliada, em 20 horas/semana – supervisionando e orientando a execução municipal, atualmente beneficiando 137.359 crianças e adolescentes de 07 a 15 anos e 11 meses, em 183 municípios do Estado e mais o Distrito de Fernando de Noronha”.
- Ação 1493 - *Gerenciamento do Sistema de Cadastro Único e do acompanhamento dos programas de transferência de renda e bolsa família* – cujo objetivo era identificar famílias, crianças e adolescentes beneficiários das ações de transferência de renda, bolsa família e PETI, tinha como meta “uma ação realizada”, impossibilitando o controle e mensuração da meta, bem como inviabilizando a apuração do resultado da ação. Como realização, a Secretaria informou a prestação de serviços de acompanhamento e assessoramento técnico a 76 municípios, bem como capacitação sobre a integração do PETI e bolsa família. A ação contou com dotação inicial de R\$ 400 mil, dos quais houve realização de R\$ 201 mil, ou cerca de 50% da previsão inicial.

Programa 13: Programa de apoio ao desenvolvimento sustentável da zona da mata – PROMATA

Este programa tem por objetivo fortalecer a capacidade de gestão governamental; fortalecer a participação da sociedade civil no processo de planejamento; melhorar a oferta e a qualidade dos serviços básicos e apoiar a diversificação econômica e o manejo sustentável dos recursos naturais da região da Mata. Tem como órgão executor a Secretaria de Planejamento – SEPLAN, a qual tece os seguintes comentários:

“O PROMATA (Contrato nº 1357/OC-BR) constitui-se no principal programa de desenvolvimento regional do Governo do Estado para a Zona da Mata Pernambucana – formada por 43 municípios – sendo elaborado com base numa estratégia de desenvolvimento local sustentável para a região. Contempla investimentos nas áreas de promoção do capital social local e de desenvolvimento humano (como ações de educação e saúde), de infra-estrutura urbana (como a implantação de sistemas de saneamento básico, reabilitação de estradas vicinais e construção ou reforma de equipamentos públicos), de promoção e apoio à diversificação econômica e de conservação dos recursos naturais da região, através da execução de um conjunto de ações multisetoriais integradas, definidas de forma participativa junto às comunidades desses 43 municípios. Desse modo, as ações do Programa têm como beneficiário final, de forma ampla, toda a população residente na zona da mata e, de forma estrita, grupos populacionais específicos a cada uma dessas ações. Por



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

exemplo, ao promover a capacitação de médicos e enfermeiros dos 43 municípios da região na metodologia AIDPI – Atenção Integrada às Doenças Prevalente na Infância e em outras estratégias de saúde preventiva, no âmbito das ações de “Apoio à Saúde” (Código nº 1482) do PROMATA, o beneficiário direto da ação são os médicos e enfermeiros desses municípios, e os beneficiários finais é a população da zona da mata como um todo, uma vez que a qualidade dos serviços de saúde será melhorada, a médio e longo prazo”.

O programa contou com uma dotação inicial de R\$ 132,05 milhões, consumindo recursos na ordem de R\$ 74,08 milhões, cerca de 56% da previsão, e engloba as seguintes ações:

- Ação 0766 - *Ações de diversificação econômica* – teve como meta atender 9.765 produtores rurais/empreendedores, através de estudos e pesquisas, elaboração de planos de negócio, assistência técnica, capacitação e assessoria empresarial, com um custo estimado em R\$ 11,50 milhões. Foram executados R\$ 6,65 milhões, ou quase 58% do orçamento inicial. Conforme resposta da SEPLAN, abaixo transcrita, verifica-se que a meta não foi alcançada:

“No Projeto OPERADOR DE NEGÓCIOS:

Estão sendo assistidas 2.081 pessoas, sendo 1.193 produtores rurais e 918 empreendedores (situação: em execução).

- No sistema competitivo (via FACEPE): Foram contratados 29 projetos de validação e difusão de pesquisa agropecuária visando atender ao conjunto de produtores rurais da zona da mata, sendo que 27 estão em andamento e 2 já concluídos.

- Através do IPA, estão sendo apoiadas três pesquisas aplicadas nas áreas de fruticultura, hortaliças e pecuária, além de um projeto de difusão tecnológica voltado para aumentar a eficiência do processo de transferência de tecnologias geradas a sua incorporação pelos sistemas produtivos e levar aos agricultores os conhecimentos adquiridos com os projetos de pesquisa hora em execução. Os resultados dessas pesquisas beneficiarão o conjunto de produtores rurais da região na perspectiva da melhoria da produtividade e da diversificação produtiva da região (21.631 produtores rurais e 397 Organizações rurais cadastrados).

- No âmbito da estratégia turística – Rota dos Engenhos & Maracatus, em implementação pelo Programa na Mata Norte, estão sendo oferecidas 1.210 vagas para cursos de qualificação na melhoria do atendimento como: receptivo, manipulação de alimentos, entre outros, e 120 vagas de capacitação para os diversos empreendedores dessa região, incluídos nessa Rota”.

- Ação 0767 - *Ações de infra-estrutura* – A finalidade da ação é ampliar e melhorar a infra-estrutura básica nos municípios da Zona da Mata, com investimentos em mercados públicos, matadouros e estradas vicinais. A ação contou com dotação inicial de R\$ 41,40 milhões, dos quais empenhou R\$ 33,84 milhões, cerca de 82% da previsão inicial. A meta estabelecida foi o atendimento de 489.940 habitantes. A SEPLAN respondeu nos seguintes termos:

“- Encontra-se em execução um total de 728,94 km de reabilitação de caminhos vicinais em toda a zona rural da região, e em licitação mais 115,13 km. Essas estradas têm como beneficiários finais o conjunto da população da região, especialmente a população rural, contribuindo para melhoria do sistema viário e da modalidade nos municípios da região (população rural da região para 2000: 373.838 habitantes).

- Foram concluídas ainda na área de infra-estrutura do Programa as obras de construção do Mercado e do Pátio de Feira do município de Camutanga. Não indicando quantas pessoas foram atendidas com a obra”.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

- Ação 0770 - *Implantação de sistemas de avaliação, auditoria e aprendizagem do PROMATA* – tinha como meta dotar o programa de instrumento para monitoramento, avaliação de desempenho e impacto das ações do PROMATA, a um custo inicialmente previsto de R\$ 1,50 milhão. Sua meta foi cumprida, segundo a SEPLAN, com a elaboração e implantação do Sistema de Avaliação e Monitoramento do Programa. Sua execução consumiu recursos na ordem de R\$ 1,66 milhão;
- Ação 0771 - *Fortalecimento da gestão municipal e das organizações comunitárias* – tem como meta atender 28 municípios com o intuito de fortalecer a administração municipal através da execução de ações que destaquem a transparência da administração pública, a ampliação da qualificação gerencial e técnica dos servidores municipais, a modernização da administração fiscal e de processos sociais, planejamento territorial e a gestão e proteção ambiental localmente, bem como fortalecer as organizações comunitárias locais para o controle social. Contou com dotação inicial de R\$ 5,40 milhões, dos quais R\$ 4,72 milhões foram gastos. Acerca do cumprimento ou não da meta a SEPLAN respondeu nos seguintes termos:

“Foi atendido no âmbito das ações de fortalecimento da gestão municipal e das organizações comunitárias, neste ano de 2006, o total de municípios da região (43), com destaque para as ações relacionadas ao planejamento estratégico municipal e a aquisição de sistemas aplicativos e equipamentos de informática para todas as 43 prefeituras nas áreas de administração tributária, finanças, gestão de pessoas, entre outras. Essas ações foram seguidas de um programa de capacitações técnico-operacionais desses sistemas e equipamentos e de âmbito gerencial. Além disso, nesse Módulo de Fortalecimento foi apoiado um total de 19 municípios na elaboração de seus Planos Diretores Urbanísticos (em conformidade com o Estatuto da Cidade)”.

- Ação 0772 - *Coordenação, supervisão e apoio operacional do PROMATA* – tem como meta viabilizar as ações e aplicação dos recursos do PROMATA. Contou com dotação inicial de R\$ 10,35 milhões, dos quais R\$ 7,98 milhões foram aplicados. Acerca das realizações, a SEPLAN respondeu que “A UGP-PROMATA vem cumprindo sua Missão em conformidade com o definido no Contrato de Empréstimo do Programa e no seu Regulamento Operacional (ROP)”;
- Ação 1481 - *Ações de apoio à educação* – tem como meta atender 21.437 pessoas, através de ações complementares de alfabetização, ciclos avançados de aprendizagem e melhoria didático-pedagógica das escolas rurais destinadas a jovens e adultos, produtores rurais e microempresários e implantação de centros de enriquecimento cultural. Contou com dotação inicial de R\$ 8,40 milhões, dos quais R\$ 3,33 foram aplicados, ou cerca de 40% da previsão inicial. Acerca das realizações em 2006, a SEPLAN respondeu nos seguintes termos:

“Nas ações de educação do Programa foi atendido este ano um total de 50.700 alunos, 2.070 professores e 43 educadores de apoio, em todos os municípios da região.

Encontra-se em execução a implantação de 03 centros de enriquecimento cultural (Goiana, Palmares e Joaquim Nabuco)”.

Importante observar que a ação conta com dois produtos distintos: desenvolvimento de ações complementares de alfabetização e a implantação de centros de enriquecimento cultural. Verifica-se que estes produtos foram fundidos, sob uma única ação, perdendo-se a oportunidade de acompanhar, através do PPA, a quantidade de pessoas alfabetizadas e as que foram beneficiadas com enriquecimento cultural.

- Ação 1482 - *Ações de apoio à saúde* – tem como meta atender 49.139 pessoas, buscando um atendimento de qualidade na área de atenção integral à saúde, saúde no ambiente e desenvolvimento institucional das secretarias municipais de saúde, apoiando as prefeituras da zona da mata na organização da gestão e dos serviços de saúde, de acordo com a base legal do SUS. Contou com dotação inicial de R\$ 3,70 milhões, dos quais R\$ 2,50 milhões foram realizados, ou cerca de 68% do previsto. Acerca das realizações em 2006, a SEPLAN informa:



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

“Somente no âmbito das ações da Atenção Básica à Saúde da Criança do Programa foi beneficiado um total de 156.296 crianças de 0 a 5 anos, com a implantação dos ambulatorios da saúde da criança em cada um dos 43 municípios da região.

Além disso, outras ações na área de desenvolvimento institucional da área da saúde foram implementadas, como aquisição de equipamentos e ações de capacitação e qualificação dos profissionais desse setor”.

Observa-se, entretanto, uma falha no dimensionamento da meta, bem como a previsão dos recursos alocados, tendo em vista que com 68% dos recursos estimados foi realizado mais de três vezes a meta estabelecida.

- Ação 1513 - *Ações de proteção e gestão ambiental* – tem como meta atender 337.495 habitantes, fortalecendo a gestão e proteção ambiental da zona da mata, promovendo a recuperação e o manejo sustentável de seus recursos naturais. Contou com dotação inicial de R\$ 6,80 milhões, tendo sido gasto R\$ 3,77 milhões, ou cerca de 55% do previsto. Como realização em 2006, a SEPLAN respondeu nos seguintes termos:

“Uma das principais ações do Programa na área de fortalecimento da gestão e proteção ambiental foi a implantação e a operacionalização de 02 postos avançados da CPRH na região – sendo um na Mata Norte (Nazaré da Mata), e outro na Mata Sul (Ribeirão). Esses postos têm como beneficiários finais toda a população da região – 1.207.247 habitantes”.

- Ação 1514 - *Ações de saneamento básico* – tem como meta atender 44.272 pessoas, ampliando e melhorando os serviços de abastecimento de água, implantando sistemas simplificados de esgotamento sanitário e limpeza urbana nos povoados da área rural dos municípios da zona da mata. Contou com dotação inicial de R\$ 43 milhões, dos quais cerca de 22% foram aplicados, ou R\$ 9,63 milhões. Em relação ao cumprimento da meta a SEPLAN respondeu nos seguintes termos:

“Foram concluídas ou se encontram em fase de conclusão obras de implantação de 11 sistemas de abastecimento de água e de esgoto nos 05 municípios do Território Piloto – Aliança, Buenos Aires, Nazaré da Mata, Tracunhaém e Vicência. Todos esses sistemas vão beneficiar um total de 28 mil pessoas nesses municípios. Encontra-se na fase de elaboração de projetos executivos um total de 41 localidades”.

Observa-se que muitas metas das ações do PROMATA têm como produto pessoa/habitante atendido, impossibilitando um acompanhamento mais eficaz da apuração do cumprimento ou não da meta, tendo em vista que tratam de ações genéricas como, por exemplo, ações de infra-estrutura, ações de proteção e gestão ambiental e ações de saneamento básico. As ações deveriam ser mais objetivas e terem produtos mais facilmente mensuráveis, permitindo ao gestor e a toda a sociedade o acompanhamento do cumprimento da meta. Desta forma, o gestor fica impossibilitado de verificar o andamento da ação e conseqüentemente o resultado da execução da mesma. A própria Secretaria traz um exemplo quando cita a capacitação de médicos e enfermeiros, no âmbito da ação 1482, informando que o beneficiário direto da ação são os médicos e enfermeiros, e como beneficiário final a população. Sendo assim, a meta deveria ser a capacitação de uma quantidade determinada de médicos/enfermeiros, tendo com resultado do programa, uma melhor qualidade nos serviços de saúde prestados a população do município.

Programa 14: Programa multisetorial para a juventude

Conforme mencionado anteriormente, não foi possível verificar a execução orçamentária deste programa, por se tratar de um programa de fantasia que envolve segmentos de muitos outros programas executados por vários órgãos. A SEPLAN tentou fazer a correspondência, mas neste caso específico, não foi possível extrair os dados necessários para esta análise.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Programa 15: Programa de desenvolvimento rural sustentável de Pernambuco – PDRS – RENASCER

Este programa (código 0048), cujo objetivo é contribuir para a redução da pobreza nas comunidades rurais com prioridade para aquelas localizadas nos municípios de menor IDH, bem como em bolsões de pobreza do Estado, teve como órgão executor a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania. Contou com uma dotação inicial de R\$ 55,35 milhões, dos quais R\$ 11,55 milhões foram executados, ou cerca de 21% da previsão inicial. O programa englobou as seguintes ações:

- Ação 1216 - *Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR* – a meta foi beneficiar 36.200 famílias, através do financiamento de investimentos comunitários, para isso, contou com um orçamento inicial de R\$ 51,35 milhões, dos quais executou R\$ 9,53 milhões. Com esses recursos foram beneficiadas 3.821 famílias, apenas cerca de 11% da meta prevista. Como resposta, a Secretaria reconhece que não cumpriu a meta, informando que “a meta prevista para o exercício foi estabelecida considerando que a segunda fase do PCPR II seria iniciada em 2006; para que isto tivesse acontecido, seria necessária a assinatura do acordo de empréstimo adicional ao contrato 4625-BR com o Banco Mundial. Não foi possível fazê-lo em razão da demora na tramitação do processo na Secretaria do Tesouro Nacional – STN e Senado Federal. Em consequência, a segunda fase do PCPR II só terá início em 2007, razão pela qual não foi cumprida a meta para o exercício”;
- Ação 1219 - *Apoio operacional ao PCPR* – cuja finalidade era oferecer os serviços de apoio à execução dos projetos do programa, teve como dotação inicial R\$ 4 milhões, tendo sido executado cerca de R\$ 2,01 milhões, ou 50% do valor orçado. A meta prevista na LOA consta como “Oferecer os serviços de apoio à execução dos projetos do programa”, tendo sido realizada em 100%, segundo a Secretaria.

5.4 OPÇÃO ESTRATÉGICA: TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

Programa 16: Governo nos municípios

Este programa que teve como executores a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania e a Agência CONDEPE/FIDEM, tem por objetivo consolidar uma política de desenvolvimento regional através da implementação de ações estratégicas formuladas de modo descentralizado e compartilhada com a sociedade. Contou com uma dotação inicial de R\$ 814 mil, dos quais R\$ 643,87 foram realizados. Integraram este programa as seguintes ações:

- Ação 0154 - *Articulação dos diversos agentes para o desenvolvimento regional* – cuja execução ficou a cargo da CONDEPE/FIDEM, teve como meta prevista a elaboração de 12 planos de desenvolvimento regional (um para cada Região de Desenvolvimento – RD), a um custo estimado de R\$ 714 mil, dos quais foram executados R\$ 643,87 mil. A CONDEPE/FIDEM informou como realização em 2006:

“Acompanhamento do Plano Integrado de Desenvolvimento Local/Projeto Renascer nos 11 municípios contíguos de menor IDH (RDs Moxotó e Agreste Meridional; Acompanhamento e participação da Capacitação dos municípios na Campanha Estadual de Planos Diretores Participativos realizada nas 12 RDs do Estado; Elaboração e editoração do documento ‘Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – Condepe/Fidem na Elaboração de Planos Diretores Participativos’; Acompanhamento técnico da elaboração de 15 Planos Diretores Municipais, coordenados pela Agência Condepe-Fidem; -Acompanhamento das ações do Projeto Municípios Saudáveis – parceria com Governo do Japão (JICA) e UFPE (Nusp), em 05 municípios do Agreste Central (Varra de Guabiraba, Bonito, Camocim de São Félix, Sairé e São Joaquim do Monte; - Acompanhamento de Programas e Projetos do Governo Federal (MDA/ME/MCidades) nas regiões do Estado.”

- Ação 1344 - *Coordenação do Programa Governo nos Municípios* – cuja finalidade era dinamizar as ações de descentralização da participação social no Estado executadas pelo Programa Governo nos Municípios, contou com uma dotação inicial de R\$ 100 mil, a qual não foi realizada financeiramente. Esta ação teve como órgão executor a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, a qual informou:



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

“Realizada a reunião do Governo nos Municípios, em 20/06/06, em Manari, com o objetivo de pactuar as ações prioritárias do governo com a sociedade, no âmbito dos 11 municípios de menor IDH do Estado de Pernambuco, para os anos 2006/2007. As ações definidas estão voltadas ao apoio às atividades produtivas, ao desenvolvimento social e a melhoria da infra-estrutura básica. Esta ação de governo encontra-se em andamento, desde 2003, quando teve início o Plano Integrado de Desenvolvimento Local – PIDL”.

5.5 OPÇÃO ESTRATÉGICA: LOGÍSTICA

Programa 17: Estradas para o desenvolvimento

A execução do programa ficou a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER, com recursos estimados em R\$ 157,68 milhões, dos quais R\$ 155,83 milhões foram realizados. O programa de fantasia engloba os seguintes programas previstos na LOA:

- Programa 0288 - Ampliação e Melhoramento dos Corredores Urbanos – tem por objetivo melhorar a fluidez do tráfego misto nos corredores urbanos, propiciando maior conforto e segurança nos deslocamentos entre os centros urbanos. Contou com dotação inicial de R\$ 1,28 milhão, tendo sido gasto R\$ 2,18 milhões, superando em 70% a previsão inicial. Este programa tem por ações:
 - Ação 1013 - *Complementação do Sistema Viário Estrutural Integrado – SEI* – Contou, inicialmente, com recursos orçamentários de R\$ 200 mil, os quais foram cancelados. Como resposta o DER informou “Ação não priorizada neste exercício”;
 - Ação 1014 - *Conclusão da triplicação do corredor da rodovia PE-15* – A meta foi estabelecida como a conclusão da triplicação da PE-15. As despesas nesta ação foram, na sua grande maioria, relativas a desapropriações. Na LOA foram alocados apenas R\$ 300 mil, um valor muito abaixo do que efetivamente foi gasto, R\$ 2 milhões, como tem sido a prática em ações desta natureza. O DER informou que a meta foi alcançada;
 - Ação 1039 - *Interconexão das rodovias PE 001/PE 015* – tinha como meta interligar 100 km de corredor, normalizando o fluxo de tráfego, eliminando a grande densidade de veículos mistos, atual e futuro, com a conclusão dos corredores convergentes de forma a proporcionar maior liberdade de manobra na via de tráfego. Foi consignado inicialmente no orçamento o valor de R\$ 780 mil, dos quais R\$ 174,25 mil foram executados, ou cerca de 22% da previsão inicial. Conforme resposta do DER o projeto foi concluído e a obra está em fase de processo licitatório.
- Programa 0301 - Ampliação e Melhoria da Malha Viária do Estado – tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Estado com ênfase no melhoramento das cadeias produtivas e de turismo. Para tanto, contou com uma dotação inicial de R\$ 74,75 milhões, tendo sido aplicado R\$ 113,61 milhões, superando em cerca de 52% a previsão inicial. Este programa foi executado por meio das seguintes ações:
 - Ação 1024 - *Restauração e melhoramento de obras d'arte especiais* – A redação da meta na LOA não ficou clara, porém, pelo que se pode supor, a meta seria a restauração/melhoramento de 90% da obras d'arte especiais, com uma dotação inicial de R\$ 600 mil. Foram empenhados R\$ 164,68 mil, ou 27,45% da previsão inicial. O DER informa que a ação está em andamento com 30% de realização;
 - Ação 1031 - *Duplicação da BR 232 trecho Caruaru - São Caetano* – tinha como meta a execução de 40 km de duplicação, a um custo inicialmente estimado de R\$ 44,20 milhões. A execução consumiu, em 2006, recursos na ordem de R\$ 50,42 milhões, superando em cerca de 14% o valor orçado. Em relação à meta o DER informa que “a obra está em fase de execução com 85% realizada”;
 - Ação 1045 - *Restauração e melhoramento de rodovias e estradas vicinais* – tinha como meta restaurar 200 km de rodovias, a um custo inicialmente estimado de R\$ 2,44 milhões. A execução consumiu recursos na ordem de R\$ 7,14 milhões, ou quase 3 vezes o valor previsto. Como realização o DER informou a conclusão de apenas 23 km e o andamento de outros 10 km. Verifica-se, portanto, a



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

incoerência entre a meta estabelecida e os valores alocados na ação, tendo em vista que com quase 3 vezes o orçamento inicial foi realizado apenas 12% da meta prevista;

- Ação 1046 - *Restauração e remodelação da rodovia PE - 022* – tinha como meta a remodelagem de 2 km da rodovia, a um custo inicialmente previsto de R\$ 2 milhões. Segundo o DER a “ação está em fase de conclusão com 98% realizada”. Foram consumidos recursos na ordem de R\$ 3,29 milhões, superando em 65% a previsão inicial;
 - Ação 1091 - *Implantação e pavimentação de rodovias e estradas vicinais* – tinha como meta a pavimentação de 123 km de rodovias e estradas vicinais, com uma dotação inicial de R\$ 16,01 milhões, cuja execução ficou em R\$ 35,81 milhões, superando em 123% o valor inicialmente previsto. Como realização o DER informou a conclusão de 80 km e o andamento de outros 31 km;
 - Ação 1426 - *Duplicação da rodovia BR-101 Trecho Ponte dos Carvalhos - Cabo* – A meta prevista não foi bem definida na LOA, não informando claramente o percentual de execução física da obra de interligação do seguimento inicial da BR 101 Sul, duplicada, com o segmento da rodovia PE - 60. Contou com uma dotação inicial de R\$ 9,50 milhões, tendo sido executados R\$ 16,78 milhões, cerca de 77% do previsto. Conforme resposta do DER a obra está em andamento com 35% realizada.
- Programa 0303 - Manutenção e Operação da Malha Rodoviária do Estado – tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Estado, tendo como meta a conservação de 2.200 km de malha rodoviária. Para tanto, contou com dotação inicial de R\$ 28,63 milhões, tendo sido executado R\$ 38,44 milhões, superando em 34% o orçamento previsto, tendo alcançando o dobro da meta estabelecida., tendo o DER informado a “conclusão de 4.400 km de serviços realizados em todas as Regiões de Desenvolvimento do Estado”.
- Programa 0021 - Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR - PE I – tem por objetivo reforçar o potencial turístico, melhorando a infra-estrutura básica em serviços públicos para a população de baixa renda, envolvendo os componentes: infra-estrutura, patrimônio histórico e ambiental, e desenvolvimento institucional. Contou com dotação inicial de R\$ 10 milhões, os quais não foram realizados financeiramente. A meta estabelecida foi a execução de 10 km de obra rodoviária do PRODETUR I, porém, o DER informou nos seguintes termos: “Ação concluída. **Contrato finalizado**”(grifo nosso). Observa-se, entretanto, que a meta era a **execução** de 10 km de obra rodoviária, e não a finalização do contrato, o que reforça a necessidade de revisão das metas ao longo do exercício.
- Programa 0022 - Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR - PE II – tem por objetivo promover a expansão do produto turístico regional, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado. Contou com dotação inicial de R\$ 43,02 milhões, dos quais apenas R\$ 1,64 milhão foi realizado, ou 3,82% do previsto. Este programa engloba as seguintes ações:
- Ação 1009 - *Ações de compensação ambiental das obras de duplicação da BR 232* – teve como meta realizar compensação ambiental em 135 ha., a um custo estimado de R\$ 1,52 milhão. A execução financeira consumiu recursos na ordem de R\$ 317,30 mil, ou 21% da previsão inicial. O DER informou que a “ação está em andamento com 60% realizado”;
 - Ação 1011 - *Complementação das obras de duplicação da rodovia BR 232 (Trecho Recife-Caruaru)* – teve como meta a realização de 70% da complementação de obras de estrutura física da rodovia e obras de apoio à segurança do trecho. Contou com dotação inicial de R\$ 3 milhões, dos quais foram gastos R\$ 1,03 milhão. Sobre o cumprimento ou não da meta o DER limitou-se a informar: “Ação em andamento”;
 - Ação 1037 - *Execução de obras rodoviárias do PRODETUR II* – Esta ação teve como meta a execução de obras em 90 km de rodovias. Para tanto, contou com uma dotação inicial de R\$ 38,5 milhões. No entanto, foi aplicado apenas 0,77% do valor previsto, ou R\$ 296 mil na elaboração de estudos de impacto ambiental e projetos executivos, apesar disso, o DER informa que a ação não foi iniciada, não explicitando os motivos.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Programa 18: Aeroporto Internacional dos Guararapes

Este programa ficou a cargo da Secretaria de Infra-estrutura e tem por objetivo promover a expansão do produto turístico regional, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado. Para tanto, contou com uma dotação inicial de R\$ 51 milhões. Sua única ação 0895 - *Conclusão do Complexo Viário do Aeroporto Internacional dos Guararapes* – tinha como meta a conclusão dos trabalhos de infra-estrutura de circulação viária de equipamentos que facilitem o fluxo de veículos e pessoas nas áreas adjacentes ao aeroporto. Como realização em 2006, a Secretaria informou:

“O projeto do complexo viário do Aeroporto dos Guararapes é composto de dois viadutos em forma de alça sobre a Av. Mascarenhas de Moraes, e uma passarela para pedestres, interligando a Estação Aeroporto do Metrô, com o Edifício Garagem do aeroporto. A obra toda foi contratada pelo Governo de Pernambuco, com os recursos garantidos por um convênio com a EMBRATUR que ficou de financiar parte da obra. Os viadutos foram construídos, contando com recursos do Governo do Estado, mas o contrato foi suspenso e a obra da passarela não foi iniciada, uma vez que a EMBRATUR não enviou os recursos que seriam utilizados para a sua construção. Não tendo sido possível atingir a meta prevista para 2006”.

Analisando as despesas realizadas no SIAFEM, observa-se que a despesa realizada em 2006, cerca de R\$ 80,7 mil foram relativos a despesas de exercícios anteriores.

Programa 19: Ferrovias Transnordestina

Este programa ficou a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e teve por objetivo promover o desenvolvimento sócio-econômico, através da implementação de projetos prioritários no âmbito do Estado. Para tanto, contou com uma dotação inicial de R\$ 15,62 milhões, dos quais R\$ 3,69 milhões foram aplicados. Sua única ação 1152 - Apoio à implantação, recuperação e melhoramento da Ferrovias Transnordestina – tinha como meta uma “Ação implantada”, bastante imprecisa e que impossibilita o seu controle/acompanhamento. Em resposta a este TCE, a Secretaria considerou como meta a “elaboração de Projeto Executivo de Engenharia”, informando ainda que “foram encaminhados ao DNIT, órgão concedente as minutas do Projeto Executivo de Engenharia da Ferrovias Transnordestina, estando esta Secretaria no aguardo das análises e considerações daquele Departamento”.

Programa 20: Complexo Industrial-Portuário de SUAPE

Embora a consolidação do Porto de SUAPE tenha sido uma prioridade da administração, não se pode acrescentar nenhuma informação sobre o seu andamento, pois a empresa não respondeu ao ofício TC/DCE/GC03 N° 028, enviado em 07 de novembro de 2006. Como a empresa integra o orçamento de investimento, os dados financeiros não estão disponíveis no SIAFEM.

Programa 21: Interiorização do gás natural de Pernambuco

Este programa teve como executor a Companhia Pernambucana de Gás – COPERGÁS, contando com uma dotação inicial de R\$ 51,02 milhões, sendo realizados R\$ 62,22 milhões, superando em quase 22% a previsão inicial. O programa de fantasia engloba os seguintes programas previstos na LOA:

- Programa 0225 - Expansão da rede de Distribuição de Gás Natural – tem por objetivo atender a demanda de gás natural nos diversos segmentos do mercado, integrando-se com as demais fontes de energia, aumentando a competitividade dos produtos nos mercados externos e internos, promovendo maior geração de riqueza para o Estado. Teve como dotação inicial R\$ 19,50 milhões, dos quais foram gastos R\$ 12,51 milhões. O programa contempla as seguintes ações:



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

- Ação 0799 - *Ampliação da rede de distribuição de gás natural* – tinha como meta a ampliação de 50.000 metros de rede de distribuição de gás, a um custo inicialmente previsto de R\$ 12,50 milhões. Sua execução financeira ficou em 89%, ou R\$ 11,14 milhões, para uma execução física de 20.830 metros de ampliação da rede, equivalente a 42% da meta. Observa-se assim, o mau dimensionamento da meta e recursos previstos, tendo por base que houve o consumo de 89% dos recursos para a execução de 42% da meta. Acerca das razões para desvios no caso de não cumprimento da meta, a COPERGÁS se pronunciou nos seguintes termos:

“As obras relacionadas aos ramais estruturadores e aos segmentos Industrial, Automotivo, Térmico e Co-Geração, demonstraram até novembro/2006 um significativo crescimento em relação aos períodos passados, aumentando em quase 21km a rede de distribuição para estes segmentos. Em relação à meta estabelecida, podemos destacar os seguintes aspectos que impactaram às execuções das obras: os atrasos nos processos burocráticos de licenciamentos, bem como as dificuldades inerentes aos processos licitatórios. Como solução, a companhia tem buscado parcerias com órgãos/entidades para reduzir a burocracia exigida, além da otimização do fluxo referente aos processos licitatórios.”

- Ação 0801 - *Implantação de gasoduto para atendimento aos segmentos residencial/comercial* – tinha como meta a implantação de 29.333 metros de gasoduto, com um custo estimado em R\$ 7 milhões, dos quais R\$ 1,37 milhão foi executado, ou quase 20% da previsão inicial. Como realização a COPERGÁS informa a implantação de 627 metros de gasoduto, argumentando que:

“Apesar de possuir mais de 9 km de rede para atender os seguimentos residencial e comercial, em Boa Viagem e Piedade, os valores realizados até novembro/2006 representaram apenas as interligações dos clientes do Bolsão Boa Viagem (fase I), uma vez que a etapa estruturadora do referido Bolsão foi realizada em 2005. Com relação à meta estabelecida, os valores estimados contemplam além das interligações, os ramais estruturadores dos Bolsões Piedade (fase II) e Boa Viagem (fase II), não realizados por problemas ligados a licenciamentos, processos licitatórios e execução de obras, sendo postergados dentro da previsão da Companhia”.

- Programa 0233 - Interiorização do Gás Natural – tem por objetivo atender a demanda de gás natural no interior, nos diversos segmentos do mercado, integrando-se com as demais fontes de energia, aumentando a competitividade dos produtos dos mercados externos e internos, promovendo maior geração de riqueza para o Estado. Para tanto, contou com uma dotação inicial de R\$ 31,52 milhões, tendo sido gasto R\$ 49,71 milhões, superando 53% a previsão inicial. Sua única ação 0797 - *Implantação de rede de distribuição de gás para o interior do Estado* – teve como meta a implantação de 27.000 metros de rede de distribuição, a qual, segundo a COPERGÁS, foi superada alcançando 59.180 metros.

5.6 OPÇÃO ESTRATÉGICA: INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Programa 22: Porto Digital

Este programa, cujo objetivo é consolidar no bairro do Recife um lugar de interação e pesquisa, preparando o ambiente propício para o desenvolvimento da economia digital no Estado, teve como órgão executor a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTMA, FACEPE e AD-DIPER, e contou com dotação inicial de R\$ 435.000,00. O volume de recursos aplicados foi muito maior, cerca de R\$ 3,5 milhões, ou 8 vezes o valor previsto inicialmente.

Este programa engloba quatro ações: ação 0185 - *Reurbanização da comunidade do Pilar*; ação 0462 - *Expansão e consolidação do ambiente de negócios do Porto Digital*; ação 0240 - *Fomento à implantação e consolidação de empresas de tecnologia da informação e comunicação, através de capital de risco*; e ação 0198 - *Fomento à implantação e consolidação de empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação através do Fundo de Capital Humano*. Destas, somente a ação 0462 teve execução financeira. Esta ação, que teve como meta a instalação de mais de 40 empresas e instituições na área do Porto Digital e interiorizar ações voltadas para apoiar arranjos produtivos locais estratégicos para o Estado, contou com uma previsão inicial de



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

recursos de R\$ 50 mil. Os recursos foram subestimados, tendo em vista que houve gastos de R\$ 3,50 milhões, equivalente a 70 vezes a previsão inicial, indicando a prática da conhecida “janela orçamentária” destinada a apenas inserir a ação na LOA, com um valor qualquer. O valor inicial vai então sendo suplementado até alcançar o valor que se quer. No entanto, esta prática não condiz com um sistema que pretenda acompanhar e controlar a execução das ações planejadas no PPA. Acerca do cumprimento ou não das metas estabelecidas, reitera-se que a Secretaria não respondeu ao ofício TC/DCE/GC03 N° 031/2006.

Programa 23: Pólo Farmoquímico

Este programa, cujo executor é o Laboratório Farmacêutico de Pernambuco – LAFEPE tem por objetivo ampliar a produção para atender a demanda de medicamentos com prioridade para o Estado de Pernambuco. Contou com uma dotação inicial de R\$ 20,61 milhões, dos quais apenas R\$ 641,05 mil foram executados, ou cerca de 3% do previsto. Estavam previstas as seguintes ações:

- Ação 0619 - *Instalação de farmácias do LAFEPE no Estado* – tinha como meta a instalação de 12 farmácias do LAFEPE no Estado, a um custo inicialmente previsto de R\$ 504 mil. Nada foi executado, segundo o LAFEPE;
- Ação 0621 - *Construção e instalação da nova fábrica de injetáveis - pequenos volumes (ampolas)* – tinha como meta a construção e instalação de nova fábrica de injetáveis. Contou com uma dotação inicial de R\$ 20,11 milhões, dos quais apenas R\$ 641,05 mil foram executados, ou cerca de 3% do previsto. Entretanto, o LAFEPE considerou como meta realizada, não tecendo comentários acerca da realização.

Programa 24: Desenvolvimento do Hemopólo de Pernambuco

Este programa tem como executor a Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco – HEMOPE, a qual, conforme já explicitado, não respondeu ao ofício do TCE, ofício TC/DCE/GC03 N° 033/2006, onde foram solicitados esclarecimentos acerca da realização ou não das metas previstas. Portanto, a seguir são apenas comentados dados sobre a sua previsão e realização orçamentária, constantes do SIAFEM. O programa de fantasia engloba os seguintes programas previstos na LOA e no PPA:

- Programa 0153 - Ampliação da Produção de Hemoderivados com a Modernização dos Processos – tinha por objetivo atender à demanda de hemoderivados no Estado. Contou com uma dotação inicial de R\$ 270 mil, tendo sido gastos R\$ 172,35 mil, ou cerca de 64% do previsto;
- Programa 0202 - Expansão e Promoção das Ações Finalísticas da Fundação HEMOPE – tinha por objetivo o atendimento à população nos procedimentos da área de sangue. Contou com dotação inicial de R\$ 36,85 milhões, tendo sido gasto R\$ 37,76 milhões, superando em pouco mais que 2% do valor previsto;
- Programa 0203 - Interiorização das Ações e de Serviços Hemoterápicos – tinha por objetivo proporcionar à população do interior do Estado maior cobertura hemoterápica. Contou com dotação inicial de R\$ 4,41 milhões, dos quais R\$ 2,91 milhões foram aplicados, ou cerca de 66% da previsão.

5.7 OPÇÃO ESTRATÉGICA: QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO

Programa 25: Centros Tecnológicos e de Educação Profissional

Este programa tem como objetivo apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado de Pernambuco, através da integração de ações de educação profissional, incorporação e difusão tecnológica e estímulo ao empreendedorismo. Teve como órgão responsável a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTMA que não respondeu ao ofício do Tribunal. Portanto, os comentários abaixo referem-se somente à execução financeira. O programa contou com dotação inicial de R\$ 9,91 milhões, tendo consumido recursos na ordem de R\$ 8,66 milhões, ou 87% do previsto. O programa engloba as seguintes ações:

- Ação 0399 - *Melhoria e expansão da rede física da educação profissional* – teve como meta implantar 4 CTEPs. Contou com dotação inicial de R\$ 5,3 milhões, dos quais R\$ 3,03 milhões foram executados, ou cerca de 57% da previsão;



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

- Ação 1358 - *Estruturação e implementação do Sistema de Acompanhamento e Avaliação da rede de educação profissional no Estado* – teve como meta implantar o sistema de acompanhamento, a um custo inicialmente previsto de R\$ 1,93 milhão, tendo sido realizado somente cerca de 9%, ou R\$ 178,69 mil;
- Ação 1539 - *Capacitação em gestão tecnológica e curricular* – teve como meta a realização de 36 eventos com a finalidade de promover a formação pedagógica e a capacitação de docentes e gestores no uso de conhecimentos curriculares e de instrumentos de inovação e gestão tecnológica. Contou com dotação inicial de R\$ 440 mil, tendo sido realizado R\$ 2,20 milhões, ou seja, mais de 4 vezes o valor previsto;
- Ação 0401 - *Manutenção e acompanhamento da rede de CETPs* – teve como meta a manutenção de 11 unidades de CETP's, a um custo inicialmente previsto de R\$ 2,22 milhões, tendo sido executado R\$ 3,25 milhões, superando em cerca de 46% a previsão inicial;
- Ação 1191 - *Desenvolver cursos no Centro Bonito Digital* – teve como meta a realização de um curso para capacitar o pessoal docente no município de Bonito. Contou com uma dotação inicial de R\$ 20 mil, a qual não foi executada.

5.8 OPÇÃO ESTRATÉGICA: ADENSAMENTO DOS ARRANJOS E CADEIAS PRODUTIVAS

Programa 26: Fábrica Cultural Tacaruna

Este programa, que tem por objetivo implantar e implementar um centro cultural no local onde funcionou a Fábrica Tacaruna, teve como dotação inicial R\$ 2,08 milhões, tendo sido executado R\$ 3,35 milhões. As ações previstas para a execução do programa foram:

- Ação 1073 - *Instalação de equipamentos na Fábrica Cultural Tacaruna* – A meta previa ter até o final de 2006 um conjunto tecnicamente equipado. Embora o orçamento tivesse reservado R\$ 300mil, não houve empenhos nesta ação, tendo a SEDUC informado que foram contratados, por meio da FUNDARPE, os projetos executivos, de instalações elétricas, hidráulicas, incêndio e ar-condicionado.
- Ação 1074 – *Restauração do imóvel da Fábrica Cultural Tacaruna* – a meta estabelecida na LOA 2006 para esta ação, mais uma vez foi equivocada e não revisada, pois tinha como produto da ação: conjunto edificado/restaurado, como unidade de medida: m² e como meta a alcançar 1. Na resposta encaminhada, a SEDUC revisou a meta para 2000m². Não houve realização financeira na SEDUC, embora a SEDUC tenha informado que os projetos executivos e de instalações prediais ficaram a cargo da FUNDARPE e o processo de licitação, do DER.
- Ação 1090 – *Implantação do modelo de gestão da Fábrica Cultural Tacaruna* - a meta estabelecida foi a implantação do modelo, que foi devidamente formatado, inclusive com o estatuto concluído, tendo sido empenhados R\$ 4 mil dos R\$ 105 mil alocados na ação. Informa, ainda a SEDUC que, ainda se faz necessária a intervenção do Estado na restauração do imóvel, na implantação do centro cultural dando credibilidade ao projeto e em seguida viabilizar a gestão compartilhada do centro.
- Ação 1063 – *Desenvolvimento de atividades culturais* – A meta era promover 4 atividades culturais a um custo estimado de R\$ 225 mil, das quais foram realizadas 2: A prévia carnavalesca do bloco “Enquanto isso na Sala de Justiça” e a mesa redonda “A Formação do Artista Contemporâneo” em parceria com o Banco Real, empenhando-se R\$ 93 mil.

Programa 27: Turismo, Desenvolvimento e Emprego

Inicialmente este programa estava a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Esportes, porém a partir da Lei nº 13.056/06, a Secretaria foi desmembrada, ficando o programa sob a responsabilidade da recém criada Secretaria de Turismo, juntamente com a EMPETUR e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha. A FUNDARPE também ficou responsável por parte do programa, mas como não respondeu ofício enviado, aqui só informaremos dados relativos à sua execução financeira.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

O programa contou com dotação inicial de R\$ 101,85 milhões, dos quais foram gastos R\$ 56,28 milhões, cerca de 51% da expectativa.

O programa de fantasia engloba os seguintes programas constantes da LOA por órgão executor:

EMPETUR

➤ Programa 0002 - Melhoria da Qualidade do Turismo Pernambucano – cujo objetivo é aprimorar a qualidade do turismo pernambucano, aumentando a competitividade do Estado frente aos demais destinos turísticos. Para tanto, contou com recursos na ordem de R\$ 10,02 milhões, dos quais R\$ 5,53 milhões foram aplicados, ou cerca de 55% do previsto. O programa contemplou as seguintes ações:

- Ação 1530 - *Melhoria dos Equipamentos Turísticos do Estado* – tem como meta a construção/melhoramento de 5 instalações da EMPETUR, a um custo estimado em R\$ 477,80 mil. Foram executados R\$ 634,96 mil, superando em 33% a previsão inicial. Como realização em 2006 a empresa informa:

“1 – Centro de Convenções: Implantação parcial do sistema de irrigação e recuperação dos jardins internos; construção de nova bilheteria, nova central de atendimento ao cliente e nova central de informações turísticas; aplicação de granito nas escadas e passarelas de jardins; implantação de nova sonorização no auditório Tabocas; reforma dos camarins do Teatro Guararapes; troca do carpete dos pisos e portas dos teatros; reforma de algumas salas administrativas.

2 – Parque Arcoverde: Recuperação de uma quadra poliesportiva e de um vestiário.

3 e 4 – Parque das Esculturas e Camping de Fazenda Nova: Levantamento topográfico dos terrenos da EMPETUR; recuperação da cobertura da portaria do Parque das Esculturas.

5 – Parque Nacional do Vaqueiro: Não houve investimentos em construções e material permanente em virtude da área está sendo administrada pela Prefeitura do Município de Serrita em apoio a Missa do Vaqueiro.”

- Ação 0410 - *Realização de Pesquisas Turísticas* – tem como meta desenvolver 12 pesquisas com o intuito de conhecer melhor o perfil do turista que demanda Pernambuco e identificar os principais mercados emissores para o Estado. Contou com dotação inicial de R\$ 105 mil, tendo sido gasto R\$ 53,16 mil, ou cerca de 51% do previsto. A EMPETUR informa que realizou 17 pesquisas turísticas, superando em 42% a meta prevista. Verifica-se, assim, a superestimativa na previsão dos recursos, tendo em vista que com 51% dos recursos foi realizado 142% da meta. Acerca da realização em 2006 a EMPETUR respondeu nos seguintes termos:

“Durante o ano de 2006 a EMPETUR realizou 17 pesquisas turísticas: 04 edições da Pesquisa do Perfil do Turismo Emissivo e Receptivo Internacional (parceria: EMBRATUR/FIPE/EMPETUR); 04 edições da Pesquisa de Demanda Turística (parceria CTI-NE/EMPETUR); 08 edições da Pesquisa de Contagem do Fluxo de Turistas Internacionais (parceria: EMBRATUR/FIPE/EMPETUR); e a Pesquisa do Perfil do Turista e Fluxo Turístico no Carnaval de Olinda. Importante registrar que ação, realizada na RMR, teve por objetivo conhecer o perfil do turista que demanda Pernambuco e identificar os principais mercados emissores para o Estado.”

- Ação 0414 - *Interiorização do Turismo* – teve como meta desenvolver o turismo municipal em 20 cidades, a um custo inicialmente previsto de R\$ 55 mil. Foi realizado R\$ 34,21 mil, cerca de 62% do previsto. A EMPETUR destaca, entre outras ações estruturadoras, a criação da Rota do Cangaço e Lampião, criação do portal de hospedagem desenvolvido pelo Ministério do Turismo, ações de apoio à criação de Conselho Municipal do Turismo e realização de oficina de nivelamento do roteiro do vinho;



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

- Ação 0415 - *Capacitação de Recursos Humanos na Área de Turismo* – tem como meta a realização de 20 treinamentos/cursos, com um custo estimado em R\$ R\$ 80 mil. A execução financeira consumiu apenas 2,44% do previsto, ou R\$ 1.950,00, referente à locação de ônibus para capacitação dos professores do projeto caminhos do futuro no Cabo de Santo Agostinho. Apesar do pouco gasto, a EMPETUR considerou como meta realizada, informando que foram “realizadas 24 ações de capacitação até novembro de 2006: Seminários e oficinas de sensibilização do Programa de Regionalização do Turismo; Oficina de Organização Turística, Oficina de Sensibilização para os programas de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil; Jornada Técnica sobre Legislação turística de Pernambuco, e Turismo Social, Oficina de Organização de Comunidade, Oficina de Qualificação Turística. Oficina de Qualificação Empresarial e Profissional. (...)”, além de diversas Palestras;
- Ação 0417 - *Inventário do Potencial Turístico de Pernambuco* – tem como meta inventariar 04 municípios, de modo a propiciar maior conhecimento sobre os atrativos, equipamentos, serviços e infraestrutura turísticas. Contou com dotação inicial de R\$ 60 mil que não foi utilizada. Entretanto, a EMPETUR informa que foram realizados Inventários Turísticos Preliminares em São José do Egito e São José do Belmonte, além de atualização das informações do inventário de Taquaritinga do Norte, Triunfo, Gravatá, Pesqueira e Garanhuns;
- Ação 0419 - *Qualificação Turística de Pernambuco* – tinha como meta orientar e controlar a atividade turística em Pernambuco, através do cadastramento, fiscalização de empresas, equipamentos e profissionais da área de turismo. Contou com dotação inicial de R\$ 41 mil, dos quais R\$ 11,21 foram executados, ou cerca de 27% da previsão inicial. Como realização, a EMPETUR informa que “em 2006 foram realizados 194 cadastros, 40 qualificações, 27 vistorias, 30 diligências de equipamentos e serviços do Estado, atendendo a legislação federal específica. Salienta-se que a EMPETUR atua como órgão delegado do Ministério do Turismo no Estado de Pernambuco”;
- Ação 0422 - *Fomento ao Turismo Social* – tem como meta “uma ação desenvolvida” com a finalidade de propiciar variadas opções de lazer turístico aos servidores públicos e ao segmento da população com faixa etária superior a 50 anos. Verifica-se que a meta é muito subjetiva, não tendo condições de ser mensurada, impossibilitando um controle mais eficaz de seu cumprimento. A ação contou com dotação inicial de R\$ 30 mil, dos quais 23% foram executados, ou R\$ 6,95 mil. A EMPETUR informa que “no exercício de 2006 foram captadas 20 novas adesões ao Pró-Lazer e 1.506 novos associados diretos no referido programa. O programa foi criado no Estado de Pernambuco para atender os servidores públicos da Administração direta e indireta, bem como seus dependentes, com 104 empresas conveniadas e 16.128 sócios”;
- Ação 0425 - *Fortalecimento do Calendário Turístico de Pernambuco* – tem como meta apoiar/promover 10 eventos que divulgam e fortalecem o calendário turístico de Pernambuco, com um custo inicialmente estimado de R\$ 2 milhões. Sua execução consumiu recursos na ordem de R\$ 1,95 milhão, quase 98% da previsão. A EMPETUR reconheceu que “por escassez de recursos não foi possível realizar todas as metas previstas na ação”. Porém, informa que apoiou a realização de festejos carnavalescos, Sulanofoia, festejos juninos, IV encontro de Turismo, Lazer e Fitness e Festa de São Sebastião em diversos municípios;
- Ação 0430 - *Operacionalização de Postos de Informações Turísticas* – tem como meta a operacionalização de 10 postos de informações turísticas, a um custo inicialmente previsto de R\$ 810 mil, dos quais foram realizados R\$ 329,33 mil, cerca de 41% do previsto. Como realização em 2006, a EMPETUR informa:

“Atendidos 40.874 turistas nos postos de informações turísticas, informações disponíveis até o mês de novembro;

Supervisão da operacionalização dos seguintes postos: Aeroporto Internacional dos Guararapes, Terminal Integrado de Passageiros (TIP), Casa da Cultura Centro de Convenções de Pernambuco (implantado em outubro de 2006).



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Em fase de implantação o Posto de Informações da Praça do Terminal de Boa Viagem;

Montagem e Operação do Posto de Informações Turísticas de Olinda, no período carnavalesco;

Apoio a operacionalização do Posto de Informações Turísticas da área do Porto, em Fernando de Noronha;

Apoio a implantação do Posto de Informações Turísticas do Aeroporto, em Fernando de Noronha (em reforma e ampliação);

Apoio a implantação de dois Postos de Informações Turísticas em Petrolina, sendo um na orla e outro no Bodódromo;

Apoio à operacionalização do Posto de Informações Turísticas de Gravatá;

Operação da Unidade Móvel em atendimento aos Cruzeiros Marítimos 0430 - Operacionalização de Postos de Informações Turísticas Porto do Recife (outubro 2006 a abril 2007)".

- Ação 0431 - *Desenvolvimento de Estudos Estatísticos sobre o Setor de Turismo* – tem como meta realizar 18 estudos com a finalidade de subsidiar o planejamento e a implementação de ações pela EMPETUR e outras entidades públicas e privadas. Contou com dotação inicial de R\$ 10 mil, a qual não foi utilizada. Entretanto a empresa informa que foram realizados 29 estudos;
- Ação 0435 - *Desenvolvimento de Ações Turísticas* – tem como meta “uma ação desenvolvida” com a finalidade de ordenar, organizar e dinamizar o turismo no Estado através de um conjunto de ações integradas e complementares. Verifica-se que a meta é muito abrangente e não é objetiva, dificultando o controle do seu cumprimento. Ação contou com dotação inicial de R\$ 1,30 milhão, dos quais apenas R\$ 26,93 mil foram executados, ou cerca de 2% do previsto. Embora a realização tenha sido escassa, a EMPETUR informa que diversas ações foram implementadas, tendo maior destaque a criação da Secretaria de Turismo do Estado de Pernambuco – SETUR;
- Ação 0438 - *Incremento à Animação Turística de Pernambuco* – tem como meta promover/apoiar 5 eventos, com um custo inicialmente estimado em R\$ 2 milhões. A execução consumiu recursos na ordem de R\$ 244,22 mil, ou cerca de 12% do previsto. Acerca do cumprimento ou não da meta, a EMPETUR reconhece que “por escassez de recursos financeiros não foi possível realizar todas as metas previstas na ação”. A empresa cita como eventos realizados: “Pernambuco das Paixões”, Circuito do Frio, Festival do Coco Verde e Comemoração da Padroeira de Serra Talhada;
- Ação 1529 - *Manutenção dos Equipamentos Turísticos do Estado* – tem como meta manter 5 Equipamentos Turísticos, a um custo estimado de R\$ 3,06 milhões, dos quais R\$ 2,24 milhões foram aplicados, ou cerca de 73% da previsão inicial. Acerca das realização em 2006 a EMPETUR respondeu nos seguintes termos:

“1 – Centro de Convenções: Manutenção predial, elétrica e hidráulica (preventiva e corretiva), com equipe própria e aquisição de materiais de consumo; contratos com empresas especializadas terceirizadas para manutenção do ar-condicionado, telefonia, informática, elétrica, conservação e limpeza, coleta e retirada do lixo; manutenção e conservação dos jardins; manutenção das subestações de alta tensão e dos diesel-geradores; recuperação do sistema de controle de demanda elétrica.

2 – Parque Arcoverde: Manutenção elétrica e hidráulica (preventiva e corretiva), com equipe própria e compra de materiais de consumo; contratos com empresas especializadas terceirizadas para conservação e limpeza.

3 e 4 – Parque das Esculturas e Camping de Fazenda Nova: Manutenção básica elétrica e hidráulica (preventiva e corretiva) com equipe própria e compra de materiais de consumo; conservação e limpeza; manutenção e conservação básica dos jardins.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

5 – Parque Nacional do Vaqueiro: nada foi feito em virtude da área está sendo administrada pela Prefeitura do Município de Serrita em apoio a Missa do Vaqueiro 5 – Parque Nacional do Vaqueiro”

- Programa 0004 - Promoção e Apoio à Comercialização do Destino Turístico de Pernambuco – tem por objetivo promover o produto turístico de Pernambuco nos mercados emissores nacional e internacional. Contou com dotação inicial de R\$ 9,85 milhões, quase toda aplicada no exercício (cerca de R\$ 9,52 milhões). O programa teve como ações:
- Ação 0429 - *Campanha Publicitária para Divulgação do Destino Turístico Pernambuco* – tem como meta realizar uma campanha publicitária junto aos mercados internacional e nacional e orientar o visitante que demanda o Estado, a um custo inicialmente estimado em R\$ 5,79 milhões. Foram executados R\$ 7,69 milhões, superando quase 33% da previsão inicial. A EMPETUR informa que foram realizadas ações publicitárias em 2006 tendo como temas: Carnaval de Pernambuco, Pernambuco Alto Verão, Pernambuco de todas as Emoções, Pernambuco das Paixões, entre outras, além de diversos patrocínios e outras campanhas;
 - Ação 0433 - *Operacionalização de Unidades Avançadas para Venda Turística de Pernambuco* – tem como meta operacionalizar uma unidade avançada, a um custo inicialmente estimado em R\$ 2,40 mil. Não houve execução, tendo a EMPETUR informado: “ação não iniciada, tendo em vista a reformulação da política de turismo estabelecida pelo Governo do Estado”;
 - Ação 0440 - *Participação em Eventos Profissionais Ligados ao Setor de Turismo* – A meta estabelecida na LOA (desenvolver uma ação) não guardou conformidade com a finalidade da ação. Portanto, não houve como comparar as realizações com a meta prevista. Dos R\$ 800 mil previstos, foram gastos R\$ 579 mil. Em sua resposta, a EMPETUR afirma que promoveu a venda turística de Pernambuco, por meio de participações em 58 eventos nacionais e internacionais relacionados no ofício resposta;
 - Ação 0442 – *Apoio às Ações de Fomento Turístico de Pernambuco* – Esta ação também não teve sua meta quantificada para 2006. A dotação inicial na LOA foi de R\$ 200 mil e a aplicação ficou nos R\$ 540 mil, superando a previsão inicial. Em sua resposta a EMPETUR afirma que apoiou várias ações, entre elas, o Projeto Pernambuco Alto Verão, parceria com o Instituto de Pesquisas e Preservação Ambiental Oceanário de Pernambuco no monitoramento de áreas turísticas com ataques de tubarão; Monitoramento de ação desenvolvida em parceria com a PM em Olinda; celebração do convênio com a ABAV para realização da I Mostra Internacional de Turismo de Pernambuco, realização da FENEART, entre outras;
 - Ação 0444 – *Captação de Vôos Regulares, Charters e Cruzeiros Marítimos* - A meta estabelecida foi captar 10 vôos. Para isso foi destinado o valor de R\$ 2,5 milhões na LOA, não tendo sido empenhado nada nesta ação. No entanto, a EMPETUR responde que conseguiu captar 8 vôos charters; 1 vôo regular (vôo semanal BRA Recife/Lisboa/Recife), encontrando-se 2 outros em negociação (1 charter e 1 regular);
 - Ação 0446 – *Realização de Receptivos a Grupos Especiais* – a meta foi realizar 25 receptivos com um valor de R\$ 500 mil. Foram realizados 104 receptivos, gastando-se cerca de R\$ 187 mil. Nota-se a disparidade das realizações em relação ao que foi projetado;
 - Ação 0448 – *Captação de Eventos para Pernambuco* - A meta foi captar 12 eventos fixando na LOA um valor de R\$ 60 mil. Foram captados 72 eventos, gastando-se cerca de 21 mil. Novamente um custo muito inferior ao previsto.
- Programa 0022 – Programa de Desenvolvimento do Turismo de Pernambuco – PRODETUR – PE - II – tem por objetivo promover a expansão do produto turístico regional, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado. Contou com dotação inicial de R\$ 3,11 milhões, que foi aplicada em valores muito superiores, atingindo cerca de R\$ 12,9 milhões. Esse valor foi destinado a obras de modernização do pavilhão de feiras do Centro de Convenções de Pernambuco (climatização e reforma geral dos banheiros e substituição do portão de acesso).



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

DISTRITO ESTADUAL DE FERNANDO DE NORONHA:

- Programa 0081 – Programa de Desenvolvimento Auto-Sustentável do Distrito Estadual de Fernando de Noronha – tem por objetivo promover o desenvolvimento auto sustentável do Distrito Estadual de Fernando de Noronha. Contou com dotação inicial de R\$ 640 mil, dos quais foram aplicados R\$ 36,86 mil, cerca de 6% do previsto. Esse valor foi destinado à implantação do Projeto de Diagnóstico e Reestruturação Físico-biótica das Trilhas Ecoturísticas da área de preservação ambiental da ilha (R\$ 29,66 mil) e Programa de Redução de Desperdício junto a Pousadas, em parceria com o SEBRAE (R\$ 7,2 mil).
- Programa 0082 – Melhoria da Infra-estrutura e dos Serviços Urbanos no DEFN – tem por objetivo garantir padrões de oferta de infra-estrutura condizentes com o desenvolvimento sustentável do DEFN. Teve uma dotação inicial de R\$ 8,76 milhões, dos quais foram gastos R\$ 5,75 milhões, cerca de 66% nas seguintes ações:
 - Ação 0227 – *Preservação do patrimônio histórico e Cultural do DEFN* – Foram aplicados nesta ação R\$ 72,6 mil com higienização da documentação histórica, digitação e organização do acervo, entre outros. Observa-se que a meta estabelecida não faz sentido, pois consta como uma obra restaurada.;
 - Ação 0229 – *Implantação de obras de infra-estrutura hídrica e de esgotamento sanitário do DEFN* – A meta estabelecida era implantar uma obra. Foram gastos nesta ação cerca de R\$ 449 mil com a ampliação do abastecimento d’água e reforma no dessalinizador marinho;
 - Ações 0230 – *Ações para conservação de energia* – e 0231 – *Implantação de obras de infra-estrutura de transportes no DEFN* – Não houve realização financeira para essas ações, entretanto a Autarquia informou que foi incentivada a racionalização do consumo de energia através da revisão do processo de qualificação dos meios de hospedagem, bem como foi concluída no mês de janeiro a climatização do aeroporto. Ainda há a informação sobre a restauração do terminal de passageiros do Porto de Santo Antônio, bem como a restauração da pista do aeroporto e da BR 363;
 - Ação 0228 – *Operacionalização dos sistemas de serviços urbanos no DEFN* – Foram gastos nesta ação R\$ 5,22 milhões relativos ao aprimoramento no tratamento e controle de resíduos sólidos e na coleta regular do lixo urbano.
- Programa 0022 – Programa de Desenvolvimento do Turismo de Pernambuco – PRODETUR – PE - II – tem por objetivo promover a expansão do produto turístico regional, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico do Estado. Contou com dotação inicial de R\$ 5 milhões, não tendo realização financeira no exercício. A Autarquia informou que foi assinado o convênio com o Ministério do Turismo para o Plano Diretor Participativo.

FUNDARPE:

- Programa 0208 – Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Estado – tem por objetivo contribuir para a preservação da memória histórico-cultural com vistas ao desenvolvimento sustentável. Contou com dotação inicial de R\$ 4,19 milhões, dos quais foram aplicados R\$ 931 mil, cerca de 22% do previsto;
- Programa 0209 – Revitalização da Dinâmica Cultural do Estado – tem por objetivo estimular a produção e o consumo da cultura, preservando as tradições e valores culturais do Estado e promovendo a difusão, intercâmbio e venda dos produtos culturais. Contou com uma dotação inicial de R\$ 6,90 milhões, dos quais foram realizados R\$ 4 milhões;
- Programa 0333 – Consolidar o FUNCULTURA como Agência de Fomento a Cultura do Estado – tem como objetivo difundir e estimular a cultura pernambucana, apoiando e financiando projetos culturais. Dos R\$ 18 milhões previstos, realizou R\$ 13,12 milhões.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Programa 28: Expansão da agricultura

Este programa, cujo objetivo é propiciar aos agricultores do Estado condições para melhoria qualitativa e quantitativa de produção vegetal, ficou a cargo da Secretaria de Produção Rural e Reforma Agrária e contou com dotação inicial de R\$ 3,55 milhões. A execução financeira consumiu recursos na ordem de R\$ 746,25 mil, ou cerca de 21% da previsão inicial. O programa, através da ação 0037 - Apoio à revitalização de culturas agrícolas, tinha como meta a revitalização de 60.000 hectares (ha), tendo sido revitalizado, em 2006, 38.031 ha, o que equivale a cerca de 63% da meta prevista.

5.9 OPÇÃO ESTRATÉGICA: EFCIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA

Programa 29: Programa Governo Digital

O programa foi instituído pela Lei Complementar nº 49, de 31 de janeiro de 2003, art. 67, inciso I, vinculando-se à Secretaria de Administração e Reforma do Estado e articulado com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Posteriormente foi regulamentado pelo Decreto nº 25.347, de 02 de abril de 2003, tendo como prazo de execução 24 meses a partir da publicação do decreto, sendo prorrogado pelo Decreto nº 29.010, de 14 de março de 2006, até 31 de dezembro de 2006.

Em síntese, os principais objetivos do programa foram, entre outros:

- Priorizar o atendimento ao cidadão em sua relação com o governo;
- Acompanhar e apoiar o processo de criação e instalação da Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI e dos Núcleos Setoriais de Informática – NSI's;
- Implantar o Sistema Integrado de Gestão do Governo Digital – GRP; e
- Instalação dos projetos Diário Oficial Eletrônico, Administração Digital e Compras Digitais.

O Plano Plurianual – PPA 2004-2007, (Lei nº. 12.427, de 25 de dezembro de 2003) contemplou o referido programa descrevendo-o como “programa de informatização da administração e da operacionalização dos serviços públicos, com vistas à agilização do atendimento à sociedade, à otimização dos recursos e à gestão integrada”, tendo como principais metas a serem alcançadas:

“Implantar o Sistema Integrado de Gestão do Governo Digital – GRP;

Implantar a Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI e os Núcleos Setoriais de Informática - NSI, descentralizados;

Implantar o Sistema de Compras Eletrônicas do Governo de PE, propiciando a redução dos custos nas aquisições públicas; e

Implementar a Rede PE-MULTIDIGITAL, uma solução integrada de telecomunicações e telefonia eficaz e eficiente e com acesso a Internet para órgãos governamentais, reduzindo custos e uniformizando tarifas e serviços de teleinformática e telefonia em Pernambuco”.

No exercício auditado, 2006, foi consignado inicialmente na Lei Orçamentária Anual o valor de R\$ 88.327.700,00, dos quais foram realizados R\$ 62.555.004,37.

No quadro a seguir consta o detalhamento de gastos por órgão/entidade em 2006:



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Em R\$ 1,00

Órgão	Previsão na LOA (R\$)	Valor Gasto (R\$)	%
TCE	10.000,00	-	0,00%
Gabinete do Governador*	21.000,00	-	0,00%
Gabinete do Vice-Governador	18.000,00	-	0,00%
Casa Militar	12.000,00	1.176,00	9,80%
ARPE	6.000,00	-	0,00%
SARE	5.138.600,00	644.719,14	12,55%
SEDUC	21.320.000,00	11.953.097,10	56,07%
SEFAZ	9.532.400,00	9.510.140,81	99,77%
Gabinete Civil	57.000,00	-	0,00%
SEJUDH	318.400,00	-	0,00%
IPEM	68.000,00	-	0,00%
FUNDAC	496.000,00	-	0,00%
SPRRA	1.117.000,00	-	0,00%
IPA	1.230.000,00	42.679,75	3,47%
FUNTEPE	510.700,00	-	0,00%
FES	15.350.000,00	1.818.267,98	11,85%
SEDEC	204.000,00	-	0,00%
AD-DIPER	171.000,00	-	0,00%
EMPETUR	66.300,00	-	0,00%
SEPLAN*	3.357.700,00	20.213,65	0,60%
SECTMA	605.000,00	142.253,95	23,51%
FACEPE	25.000,00	-	0,00%
DEFN*	52.000,00	1.176,00	2,26%
UPE	15.000,00	-	0,00%
CPRH	320.000,00	140.162,20	43,80%
SDSC	1.572.000,00	10.157,06	0,65%
SEDUPE	46.000,00	-	0,00%
SDS	770.000,00	-	0,00%
Total de Gastos dos Órgãos (menos ATI)	62.409.100,00	24.284.043,64	38,91%
ATI	25.918.600,00	38.270.960,73	147,66%
TOTAL GERAL	88.327.700,00	62.555.004,37	70,82%

* Valores ajustados pelo TCE, devido a contabilizações incorretas de despesas.

Do total de gastos, 61%, ou R\$ 38.270.960,73 foram realizados pela Agência Estadual de Tecnologia da Informação – ATI. Destacam-se, também, os gastos da SEDUC, SEFAZ e FES, correspondendo a quase 96% dos gastos dos demais órgãos/entidades do governo (exceto ATI).

Observou-se, assim, que durante o exercício de 2006, houve uma grande concentração de gastos na ATI. Com exceção dos órgãos supracitados, os demais órgãos apresentaram baixo percentual de realização em relação ao previsto.

Abaixo se detalha a situação de alguns dos objetivos/metras do programa, bem como as ações executadas em 2006:



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

○ **ATENDIMENTO AO CIDADÃO**

Determina o inciso I do artigo 2º do Decreto nº. 25.347 que no desenvolvimento e implantação do Governo Digital, deve haver a prioridade no atendimento aos cidadãos em suas relações com o Governo. Desta forma, o Governo do Estado implementou algumas ações neste sentido, ficando outras pendentes.

Das ações realizadas temos, entre outras, as executadas pelos seguintes órgãos/entidades:

DETRAN:

- Implantação de serviço de solicitação de 1ª ou segunda via da carteira de habilitação via internet;
- Implantação de serviço de impressão de guias de IPVA, multas e taxas pelo portal do DETRAN na internet;
- Implantação de solicitação on-line de serviços de veículos.

Secretaria de Defesa Social:

- Criação da delegacia interativa na qual o cidadão pode registrar a ocorrência, com algumas restrições, tendo o Boletim de Ocorrência impresso pela internet o mesmo valor de um boletim emitido na delegacia;

Agência do Trabalho:

- Implantação de serviço de cadastramento do trabalhador na Agência pela internet, através do portal do trabalhador;
- Implantação de serviço de consulta de vagas disponíveis on-line;

Secretaria de Educação:

- Realização de matrículas escolares através da central de tele-atendimento;

Secretaria da Fazenda:

- Disponibilização através do portal da SEFAZ de diversos serviços, entre eles a emissão de Certidão Negativa de Débitos Fiscais, Certidão de Concessão de Baixa, consulta por processo fiscal e verificação de autenticidades de notas, selos e certidões;

JUCEPE:

- Implantação de serviço de acompanhamento do andamento do processo on-line;
- Implantação de serviço de consulta de situação da empresa on-line;
- Implantação do portal de voz da JUCEPE, fornecendo informações e alguns serviços via telefone e fax.

Outras:

- Implantação de serviço de aquisição de bens através da internet (RedeCompras), buscando economia, maior abrangência e maior transparência à sociedade;
- Disponibilização ao público interessado, por meio de assinatura, do Diário Oficial Eletrônico do Estado por meio da Internet, com acervo desde 1936;
- Implantação de 5 espaços de cidadanias democratizando o acesso e o uso da internet por comunidades menos favorecidas.

○ **AGÊNCIA ESTADUAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ATI**

A Agência foi criada por meio da Lei Complementar nº 49, de 31 de janeiro de 2003 e posteriormente teve aprovado seu regulamento através do Decreto nº. 26.264 de 23 de dezembro de 2003, alterado pelo Decreto Nº. 29.210 de 18 de maio de 2006.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

A ATI exerce suas atribuições sob a forma de Autarquia, integrante da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual, vinculada à Secretaria de Administração e Reforma do Estado e tem por finalidade:

“propor e prover soluções integradoras de meios, métodos e competências, com o uso intensivo e adequado da tecnologia da informação e comunicação, canalizando esforços para a melhoria dos serviços, sobretudo na atualização tecnológica e expansão do emprego da informática na administração pública estadual, preservando a gestão, o controle e a integridade das informações estratégicas de Estado” (Art. 1º do Anexo I do Decreto 29.210/06).

Em princípio a ATI foi instalada na antiga sede da Empresa de Fomento da Informática do Estado de Pernambuco – FISEPE, porém no ano de 2006 foi transferida para sua nova sede, situada na Avenida Rio Capibaribe, nº 147, no bairro de São José (Antiga sede da RFFSA).

○ **NÚCLEOS SETORIAIS DE INFORMÁTICA – NSI’S**

Os NSI’s se constituem em unidades organizacionais dos diversos órgãos e entidades da administração direta e indireta visando o desenvolvimento, implantação e operacionalização do Governo Digital.

Cabe ao NSI da unidade organizacional (Secretaria/órgão/entidade), além de outras atividades, dar suporte técnico aos usuários do Governo Digital, bem como desenvolver e gerir sistemas e bases de dados referentes a sua área de atuação.

Foi verificado que a Secretaria de Administração e Reforma do Estado, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria da Fazenda, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente e Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, além da Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária - IPA e do Fundo Estadual de Saúde executaram parcialmente o orçamento quanto à ação relativa à implantação dos respectivos NSI’s. Porém, conforme informação do Gerente do Programa Governo Digital, somente há Núcleos Setoriais de Informática estruturados na SEFAZ, SARE, SEDUC e SEPLAN.

○ **SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DO GOVERNO DIGITAL – GRP**

O Sistema Integrado de Gestão do Governo Digital – GRP é um conjunto de aplicações e sistemas, compartilhados e setoriais do governo, que possibilita uma visão e gestão integrada, provendo informações para a tomada de decisão, como ferramenta para a integração e consistência das bases de dados corporativas do governo e do cidadão.

Neste sentido, o GRP apresenta uma série de projetos (sistemas) nos diversos órgãos do governo, os quais permitem integração entre esses. Abaixo a situação de implantação de alguns sistemas ao final do exercício de 2006:

Sistemas da base GRP

SISTEMAS NOME	ÓRGÃOS		
	IMPLANTADO E EM USO	FASE DE IMPLANTAÇÃO	PROBLEMAS NA IMPLANTAÇÃO
Administração de Alimentação Escolar	-	SEDUC	-
Administração de Bens Patrimoniais	SES, DETRAN, SEFAZ, SEDUC	-	ATI
Administração de Contratos e Convênios	DETRAN, SEDUC, JUCEPE	SEFAZ, SES	-
Adm. dos Consumos de Energia, Água e Telefone	DETRAN, SEDUC, SEFAZ	-	-
Apoio à Documentação e Arquivo	SEFAZ	-	-
Administração de Estoques	SES, SEJUDH, JUCEPE, SARE, DETRAN, SEFAZ,	-	SARE, ATI



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

SISTEMAS NOME	ÓRGÃOS		
	IMPLANTADO E EM USO	FASE DE IMPLANTAÇÃO	PROBLEMAS NA IMPLANTAÇÃO
	SEDUC		
Administração de Frota	SEDUC	-	-
Administração de Licitações	DETRAN, SEDUC	-	-
Apoio ao Macro e Micro Planejamento	DETRAN	-	-
Administração de Obras e Projetos	SEDUC	SEFAZ	-
Adm. Orçamentário-financeira		SES, DETRAN, *SEDUC	-
Administração Pedagógica	SEDUC	-	-
Adm. da Vida Escolar do Educando	SEDUC	-	-
Capacitação	DETRAN, SEFAZ	SES	
Controle de Processos Internos e Externos	SES, SEDUC, MPPE, SDS	-	-
Controle de Serviços e Manutenções	DETRAN, SEFAZ	-	-
Direitos, Deveres e Vantagens	DETRAN, SES	SEFAZ	-
Estagiários		-	-
Informações Gerenciais	DETRAN, SEDUC	-	-
Programação e Acompanhamento do PTA	SEDUC	DETRAN, SES	-
Suporte à Inspeção e Auditoria	SEDUC	-	-

Fonte: Gerente do Programa Governo Digital

Observa-se que a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes (SEDUC), a Secretaria da Fazenda e a Secretaria Estadual de Saúde, além do DETRAN, foram os órgãos com maior quantidade de sistemas em uso, reflexo do maior gasto, como visto anteriormente no quadro relativo aos gastos dos órgãos/entidades com o programa Governo Digital.

o **REDE PE-MULTIDIGITAL**

A Rede PE-Multidigital é uma solução de rede integrada de dados, voz e imagem com acesso à Rede Mundial de Computadores (Internet). A Rede PE-Multidigital vem substituir a Rede PE-Digital, a qual já disponibiliza conexão de alta velocidade e acesso à internet relativamente à tramitação de dados pelos órgãos públicos. Sinteticamente, o objetivo principal desta ferramenta é incorporar ao serviço de transmissão de dados, os serviços de transmissão de voz e imagem, com vistas a diminuir os custos com telefonia, integrando-os ao serviço de dados, eliminando-se, desta forma, a tarifação intragoverno.

Aliado à utilização desta nova tecnologia, a rede PE-Multidigital busca a promoção da inclusão digital com a pretensão de instalar duas unidades do expresso cidadão, implantação de três salas de videoconferência (tipo Sala-Reunião), nove salas de videoconferência (tipo Mini-Auditório) e de 50 Espaços para Cidadania Digital (democratização do acesso a Internet).

Até o final de 2006, verificou-se a implantação do Expresso Cidadão em Petrolina e dos Espaços Cidadania em Santa Maria da Boa Vista, Santa Cruz do Capibaribe, Surubim, Toritama, Gravatá e Glória de Goitá, além da implantação da Sala de Videoconferência no Palácio do Governo e implantação de Mini-auditório de Videoconferência em Caruaru.

O processo licitatório de concorrência para a implantação, operacionalização, gerenciamento e manutenção da Rede PE-Multidigital foi realizado no exercício de 2005, tendo os serviços sido iniciados em 2006, com base no contrato nº 001/2006, tendo como contratante a Secretaria de Administração e Reforma do Estado e como contratado o Consórcio 31 Multidigital PE/2005, constituído pelas empresas: Telemar Norte Leste S/A, TNL PCS S/A, Pegasus Telecom S/A, Siemens Ltda e Vectra Consultoria e Serviços Ltda, respectivamente representadas pela empresa Líder: TELEMAR NORTE LESTE S/A.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Verificou-se que os órgãos/entidades do Governo do Estado estavam firmando termos aditivos ao contrato nº 001/2006 para a implantação da rede em suas respectivas instalações. Desta forma, verificou-se pouca execução do orçamento das unidades orçamentárias das Secretarias do Governo. Por outro lado, a ATI realizou um volume alto de investimento, tendo em vista que cabe a ela o gerenciamento da rede e o Acesso Multidigital Principal.

○ **DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO**

Um dos objetivos específicos do Projeto Diário Oficial Eletrônico é a disponibilização para os órgãos e entidades públicas estaduais e para a sociedade em geral, pelo Portal da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, da publicação diária e do acervo histórico dos Diários Oficiais do Poder Executivo publicados (conforme inciso III do art. 2º do Decreto nº. 26.275/03). Reduzindo custos e permitindo uma maior agilidade nos processos de busca de informações, e distribuição do Diário Oficial para todo o Estado.

Neste sentido, a Lei Orçamentária Anual disponibilizou R\$ 1.852.600,00 para que 27 órgãos e entidades da administração direta e indireta integrantes da estrutura do governo implantassem o DOE Eletrônico. Porém, a cultura de consultar o jornal na versão impressa foi determinante e somente a Casa Militar e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha realizaram a assinatura eletrônica do Diário.

○ **ADMINISTRAÇÃO DIGITAL**

Embora previsto no art. 3º, XVII do Decreto nº 25.347/03 o projeto Administração Digital não conseguiu ser implantado. Porém, verificou-se um avanço na implantação do SG.NET nas Secretarias, com o objetivo principal de padronizar os processos.

○ **COMPRAS DIGITAIS**

O projeto compras digitais tem como objetivo principal tornar os processos licitatórios mais ágeis, competitivos e transparentes, visando à redução de custos. Diante disto, foi instituído pelo Decreto nº 25.466/03, o projeto compras eletrônicas, a partir do qual se criou a Rede Corporativa Estadual de Compras (RedeCompras).

O RedeCompras é acessado via Internet, <http://www.redecompras.pe.gov.br>, sendo o canal de negociação entre os órgãos públicos e os fornecedores nas aquisições de produtos. O sistema opera com a Contratação Direta (dispensa de licitação) para aquisição de bens de pequeno valor, nos limites da lei, bem como com o pregão eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns.

Ressalta-se que no exercício de 2006 houve pouca execução do orçamento quanto à ação referente à implantação das compras digitais nos órgãos do governo. Dos 19 (dezenove) órgãos/entidades que previam ações de implantação do sistema de compras eletrônicas, apenas a Secretaria Estadual de Saúde, através do FES, executou parcialmente o orçamento, enquanto que as demais nada realizaram.

5.10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando-se as informações dos órgãos muitas das metas não foram alcançadas. É importante destacar que as respostas dos órgãos quanto à realização de suas atividades, referiram-se, em alguns casos, a períodos próximos ao encerramento do exercício, não refletindo necessariamente as metas alcançadas ao final do exercício, o que não invalida a análise realizada.

Dos recursos destinados aos programas eleitos como prioritários, 84% foram realizados. Ressalta-se que as informações dos órgãos que integram o orçamento fiscal foram extraídas diretamente do SIAFEM, enquanto as realizadas pelos demais, foram por eles informadas. Os recursos destinados à Saúde e Educação superaram a previsão inicial, enquanto que a grande maioria apresentou realizações abaixo do previsto. A seguir algumas observações, especificamente sobre os programas de saúde e educação e sobre os processos de planejamento, monitoramento e execução orçamentária em geral.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

1. A leitura e análise dos programas e ações que compõe o programa prioritário “**Modernização da Rede de Saúde**” demonstram a necessidade de melhor adequação entre as metas previstas nas ações e o total orçado para cada uma delas. Além disso, há casos, com execução financeira nula, mas com a realização material das metas, indicando que houve financiamento não demonstrado.

A necessidade desta compatibilização também foi objeto de comentários nas considerações finais oferecidas pela Secretaria de Saúde em seu ofício nº 100/06-SUPLAN:

“O presente Relatório refere-se a uma execução parcial do programa de trabalho desta Secretaria no período de janeiro a setembro de 2006.

Numa primeira aproximação, percebe-se que alguns programas apresentaram baixa execução financeira em contraposição a outros, cujas execuções excederam bastante o programado, indicando a importância de adequar melhor a estimativa orçamentária às necessidades financeiras dos Programas.

Esse quadro, contudo, deverá apresentar alterações quando do fechamento do Balanço Financeiro do Exercício 2006.”

Não obstante, ao comparar-se o acompanhamento realizado em 2006, mesmo que parcial (posição referente ao mês de setembro), com as informações fornecidas à equipe de Contas do Governo por ocasião da análise das Contas de 2005, é possível observar melhora nos seus registros.

2. Os programas relacionados à **Opção Estratégica Conhecimento e Educação** necessitam de uma revisão na sua metodologia de estabelecimento de seus atributos. Observou-se que os programas são muito abrangentes, como por exemplo, Programa **Educação Básica de Qualidade com Inclusão Social**. Algumas ações também se revelam verdadeiros programas, dificultando o estabelecimento de seus produtos e metas. Os produtos dessas ações são, em muitos casos, confusos, não permitindo que se acompanhe adequadamente o alcance ou não das metas estabelecidas.

Reforçando este entendimento, a própria Secretaria faz o acompanhamento e a divulgação de suas ações por meio de nomes de fantasia, que na prática, parecem ser subdivisões do referido programa. Exemplos, Projeto AVANÇAR, programas RUMO AO FUTURO, EUCLIDES DA CUNHA, RUMO À UNIVERSIDADE, GRACILIANO RAMOS, RICARDO FERREIRA, entre outros. Nota-se claramente uma confusão e uma falta de interação entre os que fazem a proposta orçamentária e os que realizam os acompanhamentos das ações, conforme pode ser observado nos comentários a seguir.

No programa “**Educação Básica de Qualidade com Inclusão Social**” observou-se que seu objetivo é bastante genérico, abrangendo a melhoria de toda a educação básica que envolve a educação infantil, o ensino fundamental e o médio. O programa também contempla ações relativas ao ensino de jovens e adultos e educação especial. Em consequência as ações tornaram-se verdadeiros programas o que levou a dificuldades no estabelecimento de seus produtos e metas. No acompanhamento, por sua vez, observou-se um distanciamento entre a equipe que elaborou a proposta orçamentária e a que faz o monitoramento, levando em algumas ações a produtos diferentes dos estabelecidos e a valores incompatíveis com as metas estabelecidas.

O “**Programa Estadual de Alfabetização**” não encontrou correspondência direta na LOA, mas a SEPLAN informou que integram esse programa os formalmente estabelecidos na LOA: Alfabetização de Pernambuco e Correção do Fluxo Escolar. Neste caso os objetivos são mais específicos, possibilitando, no caso das ações do programa “Alfabetização de Pernambuco” acompanhar as metas estabelecidas. Já no caso do outro programa, houve confusão entre os produtos estabelecidos e os efetivamente acompanhados.

3. Foi verificada a dificuldade dos órgãos em estabelecerem a totalidade de suas metas, pois no processo atual, há necessidade de toda ação ter um produto e sua meta, o que leva ao estabelecimento de metas inócuas, como por exemplo: “uma ação realizada”;

4. É necessário que os créditos adicionais passem a demonstrar também o impacto das alterações dos valores nas metas fixadas, fazendo com que o estabelecimento de metas e o valor estimado guardem conformidade .



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

9. No geral, conforme pode se verificar nas análises dos programas, é necessária uma proposta orçamentária mais adequada à realidade de cada órgão, tanto sob o aspecto financeiro, valores previstos, como sob a ótica do estabelecimento da meta. Observou-se, no decorrer da análise, que algumas metas apresentaram realização bastante superior à meta estabelecida, com valores muito inferiores aos orçados. Verificou-se, também, ações com execução financeira nula, porém com realizações informadas pelo órgão executor.

Por fim, conclui-se ser necessário um trabalho mais efetivo do órgão central de planejamento para que a proposta orçamentária torne possível o seu monitoramento através do sistema *e-fisco*. Também é essencial uma maior integração entre as equipes resopnsáveis: pelo planejamento estratégico; pelo o monitoramento; e pela execução do orçamento, para que aconteça a transparência do gasto público e um controle social mais efetivo.